

FEMA – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS
IMESA – INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE ASSIS
COORDENADORIA DA ÁREA DE CIÊNCIAS GERENCIAIS

**O IMPACTO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DA CHINA NAS
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS**

Lucas Alves Cardoso Damaceno

ASSIS - SP
2009

FEMA – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS
IMESA – INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE ASSIS
COORDENADORIA DA ÁREA DE CIÊNCIAS GERENCIAIS

**O IMPACTO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DA CHINA NAS
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Municipal de
Ensino Superior de Assis, como requisito
para obtenção do título de Bacharel em
Administração, sob a orientação do Prof.
Dr. Reynaldo Campanatti Pereira.

ASSIS - SP
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

DAMACENO, Lucas Alves Cardoso

O impacto do crescimento econômico da China nas exportações / Lucas Alves Cardoso Damaceno. Fundação Educacional do Município de Assis – Fema : Assis, 2009

66p.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Administração – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis

1.Economia Internacional. 2.China. 3.Crescimento econômico. 4.Relção Sino-Brasileira

CDD: 658

Biblioteca da FEMA

FEMA – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS
IMESA – INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE ASSIS
COORDENADORIA DA ÁREA DE CIÊNCIAS GERENCIAIS

**O IMPACTO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DA CHINA NAS
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS**

Lucas Alves Cardoso Damaceno

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. João Carlos da Silva
Examinador

Prof. Ms. Osmar Aparecido
Examinador

Prof. Dr. Reynaldo Campanatti Pereira
Orientador

Data: 20/11/2009

“A Terra provê o suficiente para as necessidades de todos os homens, mas não para a voracidade de todos.”

Mahatma Gandhi

*Aos meus pais, **Silvio Damaceno**
e **Alice Alves Cardoso**
Damaceno, à minha irmã,
Luciana Alves Cardoso
Damaceno pela dedicação,
carinho, incentivo e preocupação.*

*Aos meus amigos **Alexandre**
Chaves do Carmo, **Fábio**
Aparecido Marcelino, **Fabício**
Bastos e **Nathália Martins**
Abílio, pelo companheirismo e
pela amizade.*

Dedico

AGRADECIMENTOS

Primeiramente **a Deus**, quem me capacitou para evoluir nesses quatro anos e me deu graças para continuar caminhado, mesmo nos momentos mais difíceis.

Agradeço **a minha família** por ter me ajudado em todos os momentos da vida e por ter incentivado a estudar e a crescer sempre.

Aos meus familiares, amigos, colegas de sala que compartilharam os momentos bons, os momentos difíceis e aqueles momentos que ficarão para sempre na memória.

Aos professores, em especial ao **Dr. Reynaldo Campanatti Pereira**, que nos orientaram, ensinaram e nos mostraram o caminho a ser seguido.

Ao Joaquim Bernardes da Silva Dias, Rodrigo Fernandes dos Santos e Manoel Aparecido dos Santos, pela compreensão e por me liberar nos momentos em que precisei me ausentar do trabalho para concluir a monografia.

Agradeço imensamente **a Valquíria Lopes**, pelo carinho, preocupação, pela disposição em ajudar sempre, pelos momentos felizes e pelas dicas em relação ao tema pesquisado.

A todos que, diretamente ou indiretamente, ajudaram para que o trabalho fosse finalizado.

RESUMO

A economia chinesa cresce em ritmo acelerado e proporciona ao Brasil oportunidades para estreitar as relações comerciais, principalmente em relação a exportação.

Sendo assim, a evolução da parceria comercial entre o Brasil e a China desperta atenção, pois de um lado, a economia chinesa pode se tornar a grande potência mundial, e do outro, o Brasil emerge como potência regional e como o país mais importante da América Latina.

O foco do trabalho é analisar e verificar consequências do crescimento da economia chinesa em relação às exportações brasileiras e apontar possíveis medidas para continuar o bom relacionamento comercial entre os dois países sem prejudicar o mercado interno brasileiro.

Em virtude disso, é de extrema importância estudar o crescimento da China para seja possível entender e identificar os fatores para contribuir de forma positiva na relação bilateral comercial entre os dois países.

Palavras-chave: *Economia Internacional, China, Crescimento Econômico, Relação Sino-Brasileira.*

ABSTRACT

The Chinese economy grows in rhythm accelerated and provides to the Brazil opportunities for getting closer of the commercial relations, mainly regarding exportation.

That way, the evolution of the commercial partnership between Brazil and China become more visible, therefore of a side, the Chinese economy is able to become big world power, and of another, Brazil emerges like regional power and as the most important country of the Latin America.

The focus of the work is to analyze and verify consequences of the growth of the Chinese economy regarding the Brazilian exportations and to aim possible measures of keeping up with the good commercial relationship between the two countries without injure the Brazilian's market.

Because of that, it is extremely important studying the growth of China, in order to be possible to understand and to identify the factors that contribute to the positive form in the commercial's relation between the two countries.

Keywords: *International Economy, China, Economic Growth, Sino-Brazilian's Relation.*

RESUMEN

La economía china crece en el ritmo acelerado y proporciona a las oportunidades de Brasil para conseguir más cerca de las relaciones comerciales, principalmente con respecto a exportación.

Así, la evolución de la asociación comercial entre Brasil y China llega a ser más visible, por lo tanto de un lado, la economía china puede llegar a ser grande potencia mundial, y de otro, Brasil surge como la potencia regional y como el país más importante de la América Latina.

El foco del trabajo es de analizar y verificar consecuencias del crecimiento de la economía china con respecto a las exportaciones brasileñas y para apuntar medidas posibles del mantener la buena relación comercial entre los dos países sin causar problemas en el mercado brasileño.

Por causa de eso, es muy importante estudiar el crecimiento de China, para ser posible comprender e identificar los factores que contribuyen a la forma positiva en la relación comercial entre los dos países.

Palabras-llave: *La Economía Internacional, China, El Crecimiento Económico, La Relación Sino-Brasileira.*

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Dados sobre as exportações do Brasil e da de 1978 a 1991	42
Quadro 02 – Exportações brasileiras para a China (em US\$ milhões)	44
Quadro 02 – Dados sobre a Balança Comercial (em US\$ milhões)	45

SUMÁRIO

Lista de Quadros	11
Introdução	13
Capítulo 1 – Aspectos Macroeconômicos do Processo de Crescimento e Desenvolvimento Econômico	14
1.1 Crescimento Econômico	14
1.2 Desenvolvimento Econômico	23
Capítulo 2 – Indicadores Macroeconômicos de Comércio Exterior	30
2.1 Exportação	30
2.2 Importação	31
2.3 Balança Comercial	31
2.4 Balança de Pagamentos	36
Capítulo 3 – Relação Bilateral Comercial Brasil X China	41
3.1 Exportação para a China	41
3.2 O Crescimento Econômico da China	46
3.3 Os Impactos do Crescimento nas exportações brasileiras	48
Conclusão	52
Referências Bibliográficas	53
Referências Eletrônicas	55
Anexos	56
Artigo 01 – Artigo sobre a previsão do Banco Mundial em relação ao crescimento da China	57
Artigo 02 - Artigo sobre os impactos do crescimento da China	59
Artigo 03 - Artigo sobre o Brasil como potência regional devido ao crescimento da China.....	63
Artigo 04 – Artigo sobre o aumento das exportações à China	65

Introdução

Nas últimas décadas a economia chinesa tem crescido em ritmo acelerado e desempenha papel importante na economia global. Para o mundo é uma alternativa de expansão, até certo ponto, num momento de crise iniciada nos Estados Unidos. Para o Brasil, tem sido positivo principalmente com relação às exportações das *commodities*.

As relações comerciais entre Brasil e China têm se estreitado e, dessa maneira, a China se torna um dos principais destinos das exportações brasileiras e um importante parceiro comercial do Brasil.

Com a economia chinesa em ascensão até 2008 e atuando como uma das principais economias emergentes no cenário internacional é necessário observar o impacto que esse desempenho tem causado nas exportações brasileiras e até que ponto a evolução da parceria comercial é benéfica para o Brasil.

A evolução da parceria comercial entre Brasil – China desperta atenção à forma de como a economia chinesa vai se comportar no contexto mundial, em função da crise.

Em virtude disso, no primeiro capítulo, será tratado da questão conceitual dos aspectos macroeconômicos do processo de crescimento e desenvolvimento econômico.

Logo em seguida, no segundo capítulo, serão abordados os conceitos dos indicadores macroeconômicos do comércio exterior.

Por último, com o terceiro capítulo será possível identificar os fatores da relação bilateral comercial Brasil x China e, se o atendimento da demanda desse mercado não afeta o mercado interno brasileiro.

CAPÍTULO 1 – ASPECTOS MACROECONÔMICOS DO PROCESSO DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1.1 – Crescimento Econômico

Para analisar a evolução econômica da China e quais os impactos causados na economia brasileira, é necessário entender alguns conceitos macroeconômicos como o crescimento e desenvolvimento econômico. É importante compreender esses conceitos e também em qual cenário econômico os dois países se enquadram, para que, dessa forma, seja possível identificar quais são os aspectos macroeconômicos do processo de crescimento e desenvolvimento econômico que interferem na relação comercial entre o Brasil e China. Embora sejam conceitos diferentes, eles estão intimamente relacionados e é necessário entender alguns fatores para que haja uma boa compreensão do significado desses dois conceitos e assim, saber o que os diferencia um do outro.

O crescimento econômico pode ser entendido como o aumento do Produto Nacional Bruto (PNB) que é proporcionado pelo aumento da capacidade produtiva de bens e serviços de uma economia, num determinado período de tempo. Além disso, existem outros fatores que agem em conjunto e que também são importantes para resultados positivos na economia de um país.

Nessa linha de raciocínio Passos e Nogami (1999, p. 454) afirmam:

Crescimento Econômico é caracterizado pelo aumento da capacidade produtiva de bens e serviços de uma economia, num determinado período de tempo, cujo reflexo se retrata no aumento do Produto Nacional Bruto. Muitas vezes, para que isto ocorra, todo um conjunto de fatores é fundamental para que uma economia obtenha resultados positivos. Essa mudança de cunho quantitativo nos níveis do produto (Y) pode estar associada ao estoque de capital (K), à força de trabalho (N) e ao próprio tempo (t).

Pode-se, também, definir o crescimento econômico como o crescimento da força de trabalho, da receita nacional poupada e investida, o grau de aperfeiçoamento tecnológico e, também, como o aumento da capacidade produtiva da economia.

Sandroni (1989, p. 73) explica crescimento econômico como sendo:

Aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. É definido basicamente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*. O crescimento de uma economia é indicado ainda pelo índice de crescimento da força de trabalho, a proporção da receita nacional poupada e investida e o grau de aperfeiçoamento tecnológico.

O aumento da capacidade produtiva é resultado de investimentos em bens, o que inclui as despesas em novas edificações, em novos equipamentos e, também, inclui a variação nos estoques de bens mantidos pelas empresas que é somada ao produto nacional.

Para que todos esses conceitos sejam compreendidos com mais facilidade, é preciso entender primeiramente o conceito de Produto Nacional, que é a produção total de bens e serviços de uma economia e um indicador do desempenho econômico de um país.

Ackley (1989, p. 30) conceitua produto nacional:

O produto nacional é a produção corrente total de bens e serviços da economia, avaliados aos seus preços de mercado. Também este é um conceito de fluxo, medido, na prática, mediante a acumulação de transações durante determinado período de tempo.

A partir do produto nacional surgem dois outros conceitos: o Produto Nacional Bruto (PNB) e o Produto Nacional Líquido (PNL). Para analisar o crescimento econômico utiliza-se do indicador PNB.

Embora o PNB e o PNL tenham sua origem no produto nacional, existe um fator determinante para poder diferenciá-los que é o investimento.

Quando se fala sobre investimento, deve-se ter em mente que investir, nesse caso, é quando se adquirem bens de produção, bens de capital ou bens intermediários, para aumentar a oferta de produtos no período seguinte.

Gremaud, Vasconcellos e Júnior (2005, p. 61) explicam e exemplificam investimento da seguinte forma:

Pode-se tornar o sistema cada vez mais complexo. Suponha-se, agora, que nem toda a produção visa atender ao consumo, mas uma

parcela direciona-se para investimento (I). Por **investimento**, entende-se a **aquisição de bens de produção, bens de capital ou intermediários, que visam aumentar a oferta de produtos no período seguinte**. Assim, toda a compra de máquinas e equipamentos, edifícios, ou mesmo o acúmulo de estoques é considerado Investimento.

Nesse caso, suponha-se a existência de dois tipos de empresas, uma produtora de bens de consumo (setor II) e uma produtora de bens de capital (setor I), que produz bens para investimento.

Agora, as famílias vendem fatores de produção e obtêm renda de ambas as empresas, porém adquirem apenas bens de consumo, sendo a oferta de bens de capital do setor I adquirida pelas empresas do setor II. Para que o investimento ocorra, nem toda renda da economia pode ser consumida, pois caso contrário, não haveria recursos para realizar os investimentos.

Para ajudar na compreensão do conceito de investimento, é importante atentar-se para a definição de bens. Os bens são todos os utilitários que servem para satisfazer as necessidades da população.

Sandroni (1989, p. 23) traz as definições dos bens da seguinte maneira:

Tudo que tem utilidade, podendo satisfazer uma necessidade ou suprir uma carência. Os *bens econômicos* são aqueles relativamente escassos ou que demandam trabalho humano. Assim, o ar é um bem livre, mas o minério de ferro é um bem econômico. Existem vários tipos de bens econômicos, podendo distingui-los por sua natureza, por sua função na produção, por suas relações com outros bens, por suas peculiaridades no que se refere à comercialização, etc. Entre as principais distinções feitas pelos economistas estão: os *bens de consumo* (um alimento, um par de sapatos), os *bens de capital*, ou *de produção* (máquinas, equipamentos), os *bens duráveis* (uma casa), os *bens não-duráveis* (uma fruta), os *bens mistos* (um automóvel é bem de capital para um motorista de taxi, e bem de consumo para a pessoa que o usa por prazer), os *bens necessários* (alimentos, roupas), os bens supérfluos (uma jóia), os *bens complementares* (pneu e volante de automóvel) e os *bens sucedâneos* (margarina, em relação à manteiga).

O conceito de bens se ramifica e surgem novos conceitos, porém, é necessário, nesse momento, somente compreender alguns desses conceitos como bens de capital, bens intermediários e os bens de consumo. Os bens de capital são os que são utilizados na produção de outros bens.

Passos e Nogami (1999, p. 12), segmentando o conceito de bens, comenta, sobre bens de capital, que:

Os **Bens de Capital** (ou Bens de Produção), por sua vez, são aqueles que permitem produzir outros bens. São exemplos de **Bens de Capital** as máquinas, computadores, equipamentos, instalações, edifícios, etc.

Tanto **Bens de Consumo** quanto os **Bens de Capital** são classificados como **Bens Finais**, uma vez que já passaram por todos os processos de transformação possíveis, significando que eles estão acabados.

Além de bens de capital, temos o conceito de bens intermediários, que são os bens manufaturados para a produção de produtos finais ou outros bens.

Seguindo a linha de raciocínio Troster e Mochón (1999, p. 8), vemos que bens intermediários são:

Por outro lado, os bens podem ser intermediários (o cimento é um exemplo), pois sofrem novas transformações antes de se converterem em bens de consumo ou de capital; ou bens **finais**, isto é, os que já sofreram essas transformações. A soma total de bens e serviços finais gerados em um período denomina-se **produto total**.

Os bens de consumo são classificados em duráveis e não-duráveis. São os bens que servem a população.

Sandroni (1989, p. 24) explica bens de consumo duráveis como:

Bens de consumo que prestam serviço durante um período de tempo relativamente longo, como uma máquina de lavar roupa ou um automóvel. Diferem dos *bens de consumo não duráveis*, como os alimentos, que são usados uma única vez. Além dessa diferença intrínseca, os bens de consumo duráveis diferem dos bens de consumo não-duráveis pelo fato de que sua comercialização está sujeita a oscilações muito maiores, devido a modismos, à situação econômica geral e outras influências.

Com a compreensão dos conceitos já mencionados, fica mais fácil analisar o conceito do Produto Nacional Bruto, que surge ao levar em consideração os investimentos brutos somados às exportações líquidas mais os gastos públicos e privado. Em se tratando de Produto Nacional Líquido deve-se levar em consideração os investimentos líquidos somados às exportações mais os gastos públicos e privados.

Troster e Mochón (1999, p. 185) explicam detalhadamente que:

Se, ao se calcular o produto nacional, se contabilizar o valor total das fábricas e dos equipamentos produzidos durante o ano corrente, o produto nacional fica superestimado, pois as instalações e os equipamentos existentes deterioram-se ou se depreciaram durante o ano, devido ao uso e

à antiguidade. Por isso, uma vez calculado o valor total de todas as fábricas e do equipamento produzido durante o ano, é necessário reduzir da depreciação a quantia estimada. Em conseqüência, ao analisar o investimento, deve-se distinguir entre:

a) *Investimento bruto*: gastos em novas plantas e equipamentos mais a variação de estoques.

b) *Investimento líquido*: investimento bruto menos depreciação ou amortização.

Dependendo do tipo de investimento que é empregado, surgem duas definições de produto nacional:

Produto Nacional Bruto (PNB)	=	Gasto em consumo privado	+	Gasto público	+	Investimento bruto	+	Exportações líquidas
Produto Nacional Líquido (PNL)	=	Gasto em consumo privado	+	Gasto público	+	Investimento líquido	+	Exportações líquidas

Como o produto nacional bruto é o indicador utilizado para aferir o crescimento econômico, é necessário que haja uma boa compreensão desse conceito. Então, de uma maneira mais simples, pode-se dizer que o PNB é o produto nacional somado a depreciação, sendo considerados todos os bens produzidos na economia em um determinado tempo.

Jorge e Moreira (1992, p. 132) comentam:

O Produto Nacional Bruto é obtido a partir do Produto Nacional *mais* a depreciação.

A depreciação do capital fixo compreende o desgaste das máquinas, de edificações e de outros bens de capital, ocorrido durante o processamento da produção. Então, ao agregar este valor ao Produto Nacional estaremos considerando todos os bens finais produzidos numa economia em determinado período, incluindo-se aí aqueles destinados a repor os ativos fixos deteriorados no processo produtivo.

A depreciação, basicamente, é a perda do valor do bem que ocorre devido ao desgaste sofrido durante o processo produtivo, ou seja, quanto mais longo for o período em que o bem é utilizado no processo da produção, maior será também a desvalorização do mesmo. Também existe depreciação devido ao avanço

tecnológico, pois com o lançamento de produtos ou equipamentos que possuem tecnologia mais avançada, os anteriores se tornam obsoletos.

Sandroni (1989, p. 81) define depreciação como:

Redução do valor ativo em consequência de desgaste pelo uso, obsolescência tecnológica ou queda no preço de mercado – geralmente de máquinas, equipamentos e edificações. O cálculo da depreciação pode ser feito pelo custo original (ou custo histórico) ou pelo custo atual (ou custo de reposição). Os métodos para se calcular a depreciação são o da linha reta, o do balanço decrescente e o da anuidade e fundo de amortização.

O crescimento econômico também é influenciado pelo aumento da força de trabalho, ou seja, se há investimentos em equipamentos e edificações para instalações produtivas, haverá maior oferta de empregos e, conseqüentemente, aumentará a força de trabalho. Em uma sociedade, o número de pessoas que participam da divisão social do trabalho define força de trabalho.

No dicionário da economia, Sandroni (1989, p. 128) define força de trabalho:

Número de pessoas com capacidade para participar do processo de divisão de trabalho, em determinada sociedade.
A forma e o grau de aproveitamento desse potencial humano dependem de como a sociedade está organizada, do regime de propriedade e do nível de desenvolvimento das forças produtivas. Numa tribo indígena, o baixo nível de desenvolvimento tecnológico exige o esforço de todos os indivíduos na atividade de sobrevivência. Numa sociedade moderna, industrial, regida pela economia de mercado, as contingências econômicas e uso de inovações tecnológicas determinam as oscilações no preço da força de trabalho (aumento ou diminuição do salário real), o desemprego e o subemprego. Ao mesmo tempo, ao crescerem a complexidade da diversificação de uma economia, incorporam-se à atividade produtiva urbana contingentes sociais até então voltados para atividades tradicionais, como artesanato, agricultura de subsistência e serviços domésticos. É o caso da força de trabalho feminina amplamente empregada em tarefas do setor secundário e, sobretudo do setor terciário.

Em aumentando a quantidade de vagas preenchidas, a sociedade terá mais condições de consumo e, até certo ponto, quanto mais consumir, mas terá que ser produzido. Se a demanda for grande a produção tende a aumentar e para isso serão necessárias novas contratações, maiores investimentos em capacidade produtiva e em insumos a fim de suprir essa demanda. Com esse aumento, nesse caso, a taxa do crescimento econômico tende a melhorar.

Kalecki (1994, p. 193) exemplifica:

Embora nosso assunto seja a taxa de crescimento de uma economia com ilimitada oferta de força de trabalho, imaginemos por um momento que o pleno emprego prevalece. Além disto, suponhamos que os coeficientes m , a e u são constantes. A taxa de crescimento é, então, determinada pelo aumento da produtividade resultante do progresso técnico e pelo crescimento da força de trabalho. Se as taxas anuais de crescimento de produtividade e da força de trabalho são, respectivamente, α e β , então a taxa de crescimento r é (aproximadamente) igual a $\alpha + \beta^*$. Se a taxa de crescimento fosse mantida em nível mais alto e o investimento correspondente a esta taxa, de acordo com a equação (1), fosse efetuado, então apareceria uma escassez de trabalho e o equipamento ficaria, em parte, ocioso. Assim, além da equação (1), em condições de pleno emprego temos de levar em conta também:

$$r = \alpha + \beta \quad (2)$$

Esta equação é que realmente determina a taxa de crescimento.

Quando Kalecki menciona que a taxa de crescimento é aproximadamente igual a $\alpha + \beta$, ele complementa que “a expressão exata da taxa de crescimento é $\alpha + \beta + \alpha\beta$. Entretanto, o produto $\alpha\beta$ tem, em geral, valor muito pequeno e pode, portanto, ser desprezado. Por exemplo, se $\alpha = 2\%$ e $\beta = 3\%$, então $\alpha\beta = 0,06\%$. (N. do Org.)”.

Além dos fatores já mencionados, a renda nacional faz parte do conjunto de fatores que impactam o crescimento econômico. A renda nacional é a soma da renda de todos os residentes de um país.

Ackley (1989, p. 27) define de forma objetiva:

Podemos definir a renda de um indivíduo como o montante dos seus rendimentos, através de serviços normalmente prestados por si ou por sua propriedade. A renda nacional nada mais é do que a soma de todas as rendas individuais. A renda é, evidentemente, um conceito de fluxo medido, na prática, pelo registro e soma das transações individuais de renda que ocorrem durante um período de limitada extensão.

A renda nacional pode ser dividida em renda nacional poupada ou renda nacional investida. A renda nacional poupada é a renda disponível, é a renda que não é gasta em bens de consumo. Já a renda nacional investida é a renda que é gasta em bens de consumo.

Ackley (1989, p. 37) exemplifica com detalhes que:

Podemos sintetizar isto algebricamente, da seguinte forma:

$$\begin{aligned} \text{PNB} &= C + \text{IB} & (1) \\ \text{RN} &= \text{PNB} - D & (2) \\ \text{RN} &= C + S & (3) \end{aligned}$$

Onde

PNB = Produto Nacional Bruto
 C = Despesas de consumo
 IB = Investimento bruto (compras de novos bens de capital)
 RN = Renda Nacional
 D = Depreciação
 S = Poupança pessoal.

A primeira equação demonstra apenas que a despesa total resulta de, e é igual à despesa dos consumidores em bens de consumo e às compras de bens de capital pelas empresas. Exprime a segunda equação o fato de que as rendas totais são iguais ao valor do produto (bruto) menos a depreciação. Mostra a terceira equação que as rendas são gastas ou são poupadas.

Substituindo a equação (3) na equação (2), pelo seu reajustamento teremos

$$\text{PNB} = C + S + D \quad (4)$$

Comparando as equações (1) e (4) vemos que o **IB** (investimento bruto) deve ser igual a **S + D** (poupança bruta).

Podemos, alternativamente, substituir a equação (1) na equação (2), obtendo

$$\text{RN} = C + \text{IB} - D$$

ou

$$\text{RN} = C + I \quad (5)$$

onde

$$I \text{ (investimento líquido)} = \text{IB} - D$$

Ao comparar a equação (5) com a equação (3) podemos visualizar a igualdade entre investimento (líquido) e poupança (líquida)⁽³⁾.

Quando a simplificação atinge este ponto, podemos quase deduzir verbalmente porque é que S e I devem ser iguais. Mostra-nos a equação (5) que a renda resulta de, e é igual à soma da despesa de consumo mais o investimento. A equação (3) demonstra que a renda é consumida ou poupada. Aquela renda que resulta de qualquer outra fonte que não seja despesa de consumo (i. e., investimento) deve necessariamente igualar aquela outra renda que não é gasta em bens de consumo (i. e., poupança).

Podemos entender que, quando o investimento do país é igual ao total de poupanças, a economia desse país está em equilíbrio, ou seja, cenário econômico positivo, porém, quando existe uma diferença entre investimento e poupança, o cenário econômico não será mais favorável ao crescimento e, conseqüentemente, ao desenvolvimento da economia.

Sandroni (1989, p. 248) explica que:

Em macroeconomia, considera-se que uma economia está em “equilíbrio” quando o total de investimentos realizados no país é igual ao total de poupanças. Quando, entretanto, a poupança supera os investimentos, surge à tendência recessiva, com declínio da produção, da receita e do nível de emprego. Quando os investimentos excedem a poupança, surge uma tendência inflacionária, com aumento de preços.

Outro conceito que está relacionado ao de crescimento econômico é o grau de aperfeiçoamento tecnológico ou o progresso tecnológico. O avanço da tecnologia influencia a qualidade e a base da produção, pois melhora o processo produtivo com novos métodos e novas aptidões. Muitas vezes é possível baratear o custeio da produção em função da utilização das tecnologias substituindo mão-de-obra humana. Com isso, a qualidade tende a aumentar e, com preços mais baixos, a produção também tende a aumentar.

O avanço tecnológico geralmente está aliado ao conceito de desemprego, porém nem sempre caminham lado a lado, pois pode-se aproveitar a mão-de-obra substituída pelas máquinas em outros setores ou em outras funções por meio de reciclagem, treinamentos e capacitação profissional.

As novas tecnologias podem ser utilizadas como valor agregado e também podem melhorar a produção com custos mais atrativos.

Nesse sentido Jorge e Moreira (1992, p. 142) afirmam que:

A transformação da produção via expansão da produtividade do trabalho é explicada em grande parte pelos avanços no campo da tecnologia e da técnica de produção. O conceito moderno de fatores de produção incorpora, com muita propriedade, a tecnologia, ao lado dos clássicos capital, terra e trabalho.

O progresso tecnológico implica mudanças na qualidade e na utilização dos fatores básicos de produção. Assim, são incorporados no processo produtivo novos métodos, novos materiais, novas aptidões etc., justificando a conclusão de que o progresso tecnológico vem sendo o fator propulsor do desenvolvimento nas economias modernas.

É importante considerar, neste sentido, que o progresso tecnológico é o resultado de uma série de outros fatores que denotam o estágio de desenvolvimento de uma coletividade, tais como a educação e a pesquisa, a aquisição de novas aptidões, as letras em geral, o treinamento no trabalho e outras maneiras pelas quais uma sociedade prepara seus membros para que descubram, desenvolvam e apliquem novos conhecimentos.

Quando se consegue ou elevar a taxa de crescimento econômico, o bem-estar dos residentes do país tende a aumentar e, com isso, vários outros fatores começam a ser impactados de forma positiva, promovendo não só o crescimento econômico, mas também, o desenvolvimento da economia.

Com o avanço da economia de um país, a sociedade tem condições de satisfazer suas necessidades e aumenta o consumo, isso provoca mais produção proporcionando o aquecimento da economia. Também permite uma condição mais digna de vida para a população.

1.2 – Desenvolvimento Econômico

O desenvolvimento econômico está diretamente relacionado com a qualidade de vida dos residentes do país e pode ser entendido como o reflexo do crescimento econômico. Muitas vezes confunde-se desenvolvimento com crescimento, porém para um país ser desenvolvido, primeiramente é necessário que sua economia cresça e, em segundo lugar, são necessários investimentos na infra-estrutura, na saúde, educação, na distribuição de renda, etc.

Gremaud, Vasconcellos e Júnior (2005, p. 80) comentam que:

O problema está no conceito de desenvolvimento. Muitas vezes, confunde-se crescimento econômico com desenvolvimento econômico, que não são a mesma coisa. O primeiro, **crescimento econômico, é a ampliação quantitativa da produção**, ou seja, de bens que atentam às necessidades humanas. Já o conceito de desenvolvimento é um conceito mais amplo, que inclusive engloba o de crescimento econômico. Dentro desse conceito, o importante não é apenas a magnitude da expansão da produção representada pela evolução do PIB, mas também a natureza desse crescimento. Quando se diz que um país é desenvolvido, o que se quer ressaltar é que as condições de vida da população daquele país são boas, e quando se diz que um país é subdesenvolvido, há referência ao fato de que a maior parte da população residente naquele país tem condições de vida sofríveis.

A idéia de desenvolvimento econômico está associada às condições de vida da população ou à qualidade de vida dos residentes no país.

Os autores, mesmo de uma maneira diferente, conceituam desenvolvimento econômico sempre em relação à melhoria na qualidade de vida da população de uma nação.

Neste sentido Passos e Nogami (1999, p. 455) explicam:

Desenvolvimento econômico: O desenvolvimento econômico implica, além de um aumento na quantidade de bens e serviços produzidos por uma economia, num determinado período de tempo e em termos *per capita*, em mudanças de caráter qualitativo. Por essa razão o desenvolvimento econômico não deve ser analisado tomando-se por base os indicadores tais como o crescimento do produto global ou o crescimento do produto *per capita*, e sim por outros indicadores, que reflitam mudanças na qualidade de vida da população de uma economia.

Quando se trata de assuntos macroeconômicos, torna-se necessário entender alguns termos e conceitos relacionados à economia, ao crescimento e desenvolvimento econômicos dos países. É o caso do termo produto *per capita*. Produto *per capita* significa que a produção de um país é dividida pelo número de residentes daquele país e está relacionado ao PIB que é Produto Interno Bruto. Quanto maior for o PIB, maiores são as chances de as pessoas satisfazerem suas necessidades.

Porém, deve-se analisar o número de habitantes de cada país, pois se um país tem um número menor de pessoas, conseqüentemente há a possibilidade de ter maior acesso aos produtos do que em um país que tenha um número superior de habitantes, pois as chances de cada pessoa obter os produtos necessários para sua existência podem ser menores.

Gremaud, Vasconcellos e Júnior (2005, p. 81) afirmam:

Entretanto, a produção de um país como a Suíça, que tem menos de sete milhões de habitantes, não precisa ser tão grande quanto à produção do Brasil, que tem mais de 150 milhões de habitantes. A produção suíça pode ser muito inferior à brasileira e mesmo assim sua população poderá ter, individualmente, acesso a uma quantidade de bens superior à brasileira e será, portanto, considerada mais desenvolvida. Nesse sentido, uma primeira aproximação para se quantificar o grau de desenvolvimento de um país é a utilização do conceito de **produto *per capita***, que nada mais é do que **a produção do país dividida pelo número de habitantes deste país**.

O aumento do PIB ocorre em conseqüência de um cenário de crescimento econômico favorável e influencia o desenvolvimento econômico de um país. O PIB é o valor dos todos os bens e serviços produzidos em território nacional e compõe-se dos setores agrícola, pesqueiro, industrial e de serviços.

Embora alguns termos possam ser parecidos ou similares, existem diferenças que são importantes enquanto indicadores econômicos. O PIB mede a produção dos residentes no país, enquanto o PNB mede o valor da produção realizada pelos fatores de produção nacionais.

Passos e Nogami (1999, p. 455) conceituam PIB da seguinte forma:

Refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico do país, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços. Exclui as transações intermediárias, isto é, é medido a preços de mercado.

Para que se compreendam bem os conceitos, é necessário comparar e diferenciar dois conceitos que possam ser confundidos, como é o caso do PIB e PNB. De uma maneira bem simples e objetiva entendemos que parte do PNB pode vir de outro país, já o PIB é o valor somente dos bens produzidos no próprio país.

Dornbusch e Fischer (1991, p. 39) explicam resumidamente:

Existe uma distinção entre o PNB e o *produto interno bruto* ou PIB. **O PIB é o valor dos bens finais produzidos em um país.** Qual é a diferença entre o PNB e o PIB? Parte do PNB é ganha no exterior. Por exemplo, a renda de um cidadão americano que está trabalhando no Japão é parte do PNB americano. Porém, não faz parte do PIB americano porque é ganho fora dos Estados Unidos. Por outro lado, os lucros ganhos pela Honda a partir de sua produção americana são parte do PNB japonês e não do PNB americano. Porém, são parte do PIB americano, pois são ganhos nos Estados Unidos.

Os fatores já mencionados são de extrema importância para um cenário econômico de crescimento, porém existem ainda outros fatores que também são muito importantes para que o país cresça e seja desenvolvido economicamente.

Porém existe uma dificuldade muito grande para se medir o desenvolvimento de um país, sendo assim, é necessário compreender todos os fatores que estão relacionados ao crescimento e desenvolvimento econômico de uma economia, pois dessa maneira, facilitará a análise da economia, o entendimento dos conceitos e, também, a ter maior facilidade para efetuar uma verificação mais minuciosa do índice de desenvolvimento econômico de um país.

Quando se diz que um país é desenvolvido significa que a população tem condições para se viver bem, ou seja, são realizados investimentos nas áreas básicas da sociedade, na infra-estrutura.

Os investimentos devem ser feitos para melhorar a qualidade de vida das pessoas de um determinado país, pois para a sobrevivência do ser humano é necessário suprir algumas necessidades básicas como alimentação, vestuário e habitação.

Além das necessidades básicas, podemos citar também outras necessidades que são muito importantes para o convívio social e para o bom desenvolvimento da população como lazer, conforto, segurança e saúde. Para atender todas essas necessidades é preciso investimentos em educação de qualidade, sendo necessária contratação de educadores capacitados, bem treinados e bem remunerados para conseguir formar bons cidadãos, melhoria na saúde pública, com atendimento eficiente e eficaz, com estrutura capaz de atender a todos quantos necessitem de atendimento, tratamentos e acompanhamento, melhor distribuição de renda, com salários dignos, capacitação profissional com qualidade, incentivos aos ensinos profissionalizantes, para que dessa forma a população tenha qualificação profissional e conseguir empregos para seu sustento de forma digna, melhorias no transporte público e nos transportes ecologicamente corretos, facilidade de acesso aos bens e serviços, utilização dos tributos para os fins a que foram criados revertendo em benefícios à sociedade e investimentos para que os residentes do país possam ter melhores condições para se viver com dignidade, segurança, conforto, tranquilidade, ou seja, deve-se investir para melhorar a qualidade de vida da sociedade sem nenhum tipo de restrição ou preconceito.

Maia (2004, p. 19) comenta, ao conceituar consumo e produção, que:

O ser humano, para sobreviver, necessita satisfazer a algumas necessidades básicas, sem o que morreria. Precisa de alimentos, procura alguma coisa para se agasalhar e lugar para se abrigar. Portanto, temos aqui as três necessidades **primárias**: alimentos, vestuário e habitação. Essas necessidades eram as únicas para os homens pré-históricos. Entretanto, à medida que o ser humano foi progredindo, outras começaram a surgir, tais como educação, lazer, conforto etc. Essas novas necessidades são conhecidas como **progressivas**.

Para satisfazer a todas essas necessidades, o homem precisa obter bens; por exemplo, para acabar com a fome, ingere alimentos. Ocorre que os alimentos encontrados na natureza tornaram-se insuficientes. Isso obrigou a plantar, o que significa "produzir". O homem, ao fazer suas roupas, realizou um processo de **produção**. Ao fazer um abrigo, também produziu.

Temos, por meio desse pequeno exemplo, dois grandes fatos econômicos: **consumo e produção**.

Essas necessidades humanas fazem parte dos indicadores sociais para a aferição da qualidade de vida dos residentes do país onde são coletadas informações e, assim é possível examinar as condições de vida da população.

Gremaud, Vasconcellos e Júnior (2005, p. 83) comentam:

Os indicadores sociais fornecem informações que dizem respeito diretamente à qualidade de vida da população de um país, como a esperança de vida da população ao nascer, médicos e leitos hospitalares por habitante, acesso a água potável, etc. Há outros indicadores sociais, especialmente relacionados com a educação, como a taxa de alfabetização ou a quantidade média de anos na escola, que permitem examinar as condições de qualificação e, portanto, de oportunidade no mercado de trabalho da população do país.

Com o objetivo de chegar a uma medida mais próxima da realidade a Organização das Nações Unidas (ONU) agregou alguns indicadores sociais com o produto *per capita* criando, assim o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

Seguindo as explicações de Gremaud, Vasconcellos e Júnior (2005, p. 88) podemos verificar que:

Unindo-se o conceito de produto *per capita* com os indicadores sociais, tem-se melhores condições de avaliar o bem-estar de uma população, ou o grau de desenvolvimento social de um país. A ONU, buscando chegar mais próxima de uma medida que retratasse o desenvolvimento social dos países, criou um índice que justamente agrega alguns indicadores sociais com o produto *per capita*. Esse índice é o **IDH - Índice de Desenvolvimento Humano**, construído para mais de 170 países e que vem sendo elaborado desde o início da década de 90.

O IDH é um índice que vai de zero a 1, sendo que quanto mais próximo da unidade mais desenvolvida é o considerado o país. Ele é uma média aritmética de três indicadores:

- i. um indicador de renda: o produto interno bruto *per capita*;
- ii. um indicador que procure captar a saúde da população, na verdade um indicador de longevidade: a expectativa de vida da população ao nascer; e
- iii. um indicador que retrate as condições de educação da população, esse indicador é uma média ponderada de dois outros indicadores: a taxa de alfabetização de adultos (dois terços) e a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior (um terço).

A partir desse índice, foi construído um ranking, e os países divididos em países de alto (IDH maior que 0,8), médio (entre 0,5 e 0,8) e baixo desenvolvimento (abaixo de 0,5). No último IDH divulgado, com dados de 1998, o Brasil apresenta condição de país de médio desenvolvimento, com um IDH de 0,747, ocupando a 74ª posição em um total de 174 países. Esse índice brasileiro foi composto a partir dos 3 índices citados.

Na análise do desenvolvimento da economia também é importante focar na distribuição de renda do país. A distribuição da renda é o reflexo de como os frutos do crescimento são partilhados pela população. É por meio da renda que os residentes do país conseguirão satisfazer suas necessidades básicas. Quando a renda é má distribuída, parte da população não terá condições para consumir, conseqüentemente impactará negativamente no desenvolvimento do país. Para medir a distribuição ou a concentração da renda, utiliza-se o Índice de Gini que é calculado a partir da Curva de Lorenz. Esse índice permite avaliar a evolução da distribuição de renda.

Sandroni (1989, p. 52) define Índice de Gini como:

Medida de concentração mais freqüentemente aplicada á renda, a propriedade fundiária e à oligopolização da indústria. O coeficiente de Gini é medido pela relação, ou pela fórmula geral,

$$G = 1 - \sum_{i=1}^n (y_i + y_i - 1) (x_i + x_i - 1) \text{ onde,}$$

x_i = percentagem acumulada da população (pessoas que recebem renda, proprietários de terra, indústrias, etc.) até o estrato i ;

y_i = percentagem acumulada de renda, área, valor da produção etc., até o estrato i ;

n = número de estratos de renda, área, valor da produção etc.

Para facilitar o entendimento desse importante índice, Gremaud, Vasconcellos e Júnior (2005, p. 88) explicam de forma mais simples que:

O **Índice de Gini** é um instrumento utilizado para se auferir o grau de concentração de alguma situação. Esse índice é calculado a partir da chamada **Curva de Lorenz**. Em termos de distribuição pessoal de renda, essa curva é construída relacionando-se as faixas da população acumulada (dos mais pobres aos mais ricos) com a participação acumulada da renda dessas faixas.

Quando o país tem boa distribuição de renda, possui um bom índice de desenvolvimento humano e a população tem condições de satisfazer suas necessidades, podemos afirmar que os residentes deste país tem boas condições para se viver, a qualidade de vida da sociedade é boa. Sendo assim, se a nação vive bem, a economia do país é desenvolvida.

Se o país possui economia desenvolvida, as necessidades da população podem ultrapassar as barreiras nacionais, buscando assim, novos produtos em outros países proporcionando o comércio internacional, o que será abordado no capítulo 2.

CAPÍTULO 2 – INDICADORES MACROECONÔMICOS DE COMÉRCIO EXTERIOR

2.1 – Exportação

Com o crescimento da economia e o desenvolvimento dos países, houve necessidade de iniciar o comércio internacional. Para compreender as relações entre os países e quais são os impactos causados que essas relações causam na economia, é necessário entender alguns indicadores macroeconômicos de comércio exterior.

Entende-se por comércio internacional ou comércio exterior as transações entre países onde se compra e vende bens e serviços.

Em uma relação internacional, um país envia bens produzidos em seu território nacional para outros países. Esse é o papel do exportador. Para que possamos compreender o comércio exterior devemos entender primeiramente o conceito de exportação. De maneira simples, entendemos que exportar é remeter produtos de um país para outro.

Neste sentido Ratti (2006, p. 313) conceitua que:

Exportação vem a ser a remessa de bens de um país para outro. Em um sentido amplo poderá compreender, além dos bens propriamente ditos, também os serviços ligados a essa exportação (fretes, seguros, serviços bancários, etc.).

A exportação é um dos fatores que, em havendo saldo positivo da balança comercial, favorece a economia do país. Nesse caso, quando há exportação sem que falte produto no mercado interno, significa que a produção excedente atenderá o mercado externo e trará divisas para a economia do país.

Em exportando os produtos excedentes e trazendo mais divisas para o país, há um reflexo na balança comercial, conseqüentemente a balança de pagamentos será influenciada de forma positiva e a economia vai aquecer promovendo o crescimento e, até mesmo, reconhecimento no mercado internacional.

2.2 – Importação

Além do país que remete seus produtos, tem outro papel muito importante para que o comércio internacional ocorra que é o do importador. Quando um país recebe os bens produzidos em território estrangeiro ou serviços prestados por outros países, tem-se a importação. Entender o papel do importador é de extrema importância para que se possam compreender as relações comerciais existentes entre os países.

Sandroni (1989, p. 147) define importação como:

Entrada de mercadorias e serviços num país. Os serviços cujo valor não figura receita comercial, constituem as chamadas *importações invisíveis*. Para manter a balança comercial favorável ou ao menos equilibrada, os países submetem as importações a diversas formas de controle.

A importação também influencia a economia, porém, nem sempre de maneira favorável. Quando se importa mais do que exporta, pode ocorrer um saldo negativo na balança comercial. Porém, também pode trazer benefícios, pois quando o produto do território nacional está com preço elevado e, se importa produtos com preços mais atrativos, a demanda será maior para os produtos estrangeiros, proporcionando queda nos preços dos produtos nacionais.

2.3 – Balança Comercial

Um país desempenha ambos os papéis, o de exportador e o de importador. Isso ocorre porque o país precisa suprir a demanda de bens que não são produzidos no território daquele país ou não produz em grande escala para atender o mercado interno. Também importa pelo fato de encontrar produtos com preços mais atrativos que os do mercado interno. Sendo assim, é primordial que se registrem as importações e exportações do país. Para isso utiliza-se a balança comercial, onde são registradas todas as importações e exportações.

Maia (2004, p. 253) escreve:

A Balança Comercial registra as exportações e as importações. As exportações são contabilizadas como receitas e as importações, como despesas.

Não é considerada exportação o envio de mercadorias pelos governos para consumo em suas embaixadas e consulados no exterior. Também não é considerada exportação o envio de materiais pelos exércitos para suas forças sediadas no exterior.

As mercadorias são classificadas na Balança Comercial por códigos numéricos. Hoje em dia, a maioria dos países usa o código NAB (Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas), criado inicialmente para se usado pela CEE (Comunidade Econômica Européia).

Com relação ao Brasil, a Balança Comercial é a nossa maior fonte de divisas.

Os autores Gremaud, Vasconcellos e Júnior (2005, p.269) explicam de forma mais detalhada a definição de balança comercial:

A **Balança Comercial** (FOB) inclui basicamente as exportações e importações de mercadorias. Se as exportações forem maiores que as importações, a balança comercial do país será superavitária; se ocorrer o contrário, teremos uma balança comercial deficitária (como é o caso dos EUA). Ainda, deve-se notar que existem pelo menos duas maneiras de se contabilizar o valor das exportações e importações. Existem as exportações e importações FOB (*Free on Board*), em que as despesas incluídas no valor das mercadorias são as incorridas até o embarque da mercadoria, e as exportações e importações CIF (*Cost, Insurance and Freight*), em que se incluem no valor das mercadorias, além do seu custo, também o frete e o seguro de seu transporte até o destino. Em geral, para efeito de Balança de Pagamentos, utilizam-se as exportações FOB, já que as despesas com seguros e fretes estão incluídas no item Serviços e Rendas (A2).

Exportações – vendas de mercadorias produzidas no país para outros países, isto é, corresponde à demanda de não residentes por mercadorias produzidas no país.

Importações – compra de mercadorias produzidas em outro país por residentes do país.

Saldo da balança comercial = exportações (FOB) – importações (FOB).

Os principais fatores a determinarem o saldo da balança comercial são: o nível de renda da economia e do resto do mundo, a taxa de câmbio e os termos de troca: Assim:

- i. quanto maior a renda do país, maior será a demanda por produtos importados; logo, piora o saldo da balança comercial;
- ii. quanto maior a renda do resto do mundo, maior a demanda por produtos do país, melhorando o saldo da balança comercial;
- iii. quanto mais desvalorizada a moeda nacional em relação às moedas estrangeiras, maior a competitividade dos produtos nacionais e, portanto, maior o estímulo às exportações e desestímulo às importações;
- iv. quanto melhores os **termos de troca**, isto é, quanto mais caros forem os produtos que exportamos em relação aos produtos que importamos, melhor será o saldo da balança comercial.

Dentro do conceito de balança comercial vemos que existem as exportações e importações FOB e, também as exportações e importações CIF. Quando a transação é FOB significa que é *Free On Board*, ou seja, as despesas até o embarque estão incluídas no preço, porém, as despesas após o embarque não estão agregadas ao valor previamente combinado. Já as transações CIF, *Cost, Insurance and Freight*, as despesas são incluídas no preço da mercadoria até o destino como o seguro, por exemplo.

Na balança comercial podemos analisar vários fatores que são importantes para a economia do país. Esses fatores são influenciados pelo saldo da balança comercial que é visualizado ao realizar o registro das exportações e importações.

Quando as exportações são maiores que as importações, ou seja, são enviados mais produtos ao exterior do que recebidos de outros países, o resultado da balança comercial tende a ser superavitário. O superávit da balança comercial pode ser conjuntural, que é o que ocorre em determinado período e não se repete, ou estrutural, que é aquele que se torna constante.

Maia (2004, p. 265) explica que:

O saldo está superavitário quando o total de créditos das transações autônomas (entradas de divisas) for superior ao total de débitos dessas transações (saída de divisas). O superávit pode ser de natureza conjuntural ou estrutural.

O **superávit conjuntural** é aquele que ocorre eventualmente em determinado período e depois não se repete. A título de exemplo, citamos o aumento das exportações brasileiras durante a Segunda Guerra. As indústrias dos países em conflito tiveram sua produção prejudicada pelos bombardeios e também dirigida para o esforço da guerra. Por isso, não puderam exportar. Entretanto, terminado o conflito, elas voltaram a produzir e, como não pudemos competir, caíram nossas exportações, desaparecendo nosso superávit.

O **superávit estrutural** é aquele que se torna constante, não decorrente de fato acidental, mas de condições de qualidade dos produtos ou dos preços bastante competitivos. Ambos (qualidade e preços) são devidos a técnicas de produção muito avançadas. É o que ocorre hoje com o Japão.

O saldo superavitário é favorável para a economia, pois o país recebe mais divisas. As divisas são moedas estrangeiras recebidas pelas vendas externas e, quando houver excesso de divisas no país, que ficam em posse do governo, ocorrerá alteração na taxa de câmbio.

Sandroni (1989, p. 475) conceitua divisas da seguinte forma: “Letras, cheques, ordens de pagamentos, etc., que sejam conversíveis em moedas

estrangeiras, e as próprias moedas estrangeiras de que uma nação dispõe, em poder de suas entidades públicas ou privadas”.

A taxa de câmbio desempenha um papel importante no comércio internacional, pois é o preço em moeda nacional de uma moeda estrangeira e suas variações alteram a escala de preços entre os países.

Wessels (1999, p. 475) exemplifica da seguinte maneira:

Para simplificar, neste capítulo falaremos exclusivamente sobre o que determina o valor do dólar. O “valor do dólar” refere-se a sua **taxa de câmbio**, ou seja, quantas unidades de moeda estrangeira os estrangeiros estão dispostos a pagar por 1 dólar. Por exemplo: se a taxa cambial do dólar em relação ao franco suíço é 2,5, isso significa que 2,5 francos suíços compram 1 dólar. (O símbolo do franco suíço é SwF, portanto a cotação é de 2,5 SwF/US\$.)

Para termos uma idéia mais simples, podemos dizer que a taxa cambial é o preço da moeda estrangeira convertido em moeda nacional.

Seguindo esse raciocínio Maia (2004, p. 289) comenta:

Entretanto, antes de discutirmos como a taxa afeta o Balanço de Pagamentos, vamos procurar defini-la. O Prof. Bruno Ratti, em seu livro *Comércio internacional*, diz que a **taxa cambial nada mais é do que o preço, em moeda nacional, de uma unidade estrangeira**. Assim, quando dizemos que um dólar vale R\$ 3,00, estamos dando à moeda americana seu preço em moeda nacional. Ratti diz também que a taxa cambial mede o valor externo dessa moeda nacional. Isso significa que um americano sabe que o valor externo de sua moeda, no Brasil, é de R\$ 3,00.

Quanto mais divisas no país, menor a taxa de câmbio, ou seja, a moeda estrangeira fica mais barata e a moeda corrente do país valoriza. Caso as importações forem maiores que as exportações, a taxa de câmbio aumenta e desvaloriza a moeda nacional, o saldo da balança comercial é deficitário e influenciará negativamente o balanço de pagamentos impactando também de forma negativa a situação econômica do país.

Nessa linha de pensamento Gremaud, Vasconcellos e Júnior (2005, p. 281) explicam que:

As oscilações na demanda e na oferta de determinada moeda devem conduzir a modificações no equilíbrio desse mercado (taxa de câmbio e quantidade de moeda transicionada). Assim, por exemplo, um aumento dos investimentos norte-americanos no Brasil significa um aumento na oferta de

dólares e também um aumento na demanda de reais. Esses aumentos fazem com que a taxa de câmbio se modifique, valorizando o real e desvalorizando o dólar. Ou seja, o preço do real em relação ao dólar deve crescer, e a quantidade de reais que se compra com um dólar deve ser menor.⁶ Assim, define-se **valorização** da moeda nacional, quando o poder de compra desta em relação às demais cresce, e uma **desvalorização**, quando seu poder de compra cai; ou, em nosso exemplo, quando se eleva a taxa de câmbio.

Para determinarmos o saldo da balança comercial devemos analisar também outros fatores importantes como o nível de renda da economia e do resto do mundo. Quanto maior for o nível de renda do país, maior será o poder aquisitivo dos consumidores, assim aumenta o consumo e a demanda por produtos importados. Quando o nível de renda do resto do mundo for maior, ou seja, quando tem-se melhor poder aquisitivo, a demanda por produtos nacionais aumenta gerando mais exportações. No primeiro caso, o aumento da demanda de produtos importados piora o saldo da balança comercial, porém no segundo, a exportação é que aumenta gerando saldo favorável.

Outro fator determinante para o saldo da balança comercial é em relação aos termos de troca ou, como alguns autores citam, relações de troca, que é a representação dos preços das vendas das exportações que o país realiza em um determinado período em relação aos preços a pagar pelas importações realizadas no mesmo período.

Após registrar na balança comercial as transações de exportações e importações do país e apurar essas movimentações, pode-se realizar uma comparação entre elas e identificar a representação dos termos de troca.

Ratti (2006, p. 315) define que:

As relações de troca, também conhecidas por termos de intercâmbio ou relações de intercâmbio, representam, na sua conceituação mais comum, uma relação entre os preços pelos quais um país vende suas exportações e os preços que tem que pagar pelas suas importações.

Os termos de troca ou relações de troca são de fundamental importância para o resultado da balança comercial, pois quanto mais caros forem os produtos exportados em relação aos preços dos produtos importados, melhor é o saldo da balança comercial, conseqüentemente, melhor será o cenário econômico do país.

2.4 – Balança de Pagamentos

Compreendendo os fatores que influenciam o saldo da balança comercial, conseguimos entender também que o resultado da balança comercial influencia o balanço de pagamentos.

O conceito de balanço de pagamentos também é importante para compreender o cenário econômico nacional e internacional. Basicamente resume-se em registros de todas as transações econômicas realizadas entre os países durante certo período.

Maia (2004, p. 249) afirma que:

Os primeiros conceitos de Balanço de Pagamentos diziam que era um registro de pagamentos e recebimentos feitos com o exterior. Posteriormente, verificou-se que o Balanço de Pagamentos deveria:

- referir-se a um período determinado, geralmente o ano civil;
- abranger também operações que não eram pagamentos, tais como os donativos.

Diante disso, passou-se a adotar a definição do FMI: *“Balanço de Pagamentos é o registro sistemático de todas as transações econômicas realizadas entre os residentes em determinado país e os residentes no resto do mundo, durante certo período, geralmente de um ano.”*

Alguns autores explicam, ainda, que balanço de pagamentos é um resumo contábil das transações entre países por um período de tempo para avaliar a situação econômica internacional do país.

Por exemplo, Gremaud, Vasconcellos e Júnior (2005, p. 265) explicam que:

Um país realiza diversas transações com o resto do mundo. Estas envolvem compra e venda de bens e serviços, compra e venda de ativos, entre outros. A introdução do setor externo traz uma série de diferenças para análise que vinha sendo desenvolvida até o momento. A oferta agregada do país, por exemplo, deixa de ser composta por produtos feitos internamente, mas passa a contar com bens e serviços elaborados no exterior. A demanda por produtos domésticos deixa de ser feita apenas por residentes. A dotação de recursos/fatores de produção nacionais deixa de ser um entrave fixo à expansão do produto, pois pode-se contar com serviços de fatores estrangeiros (capital, trabalho etc.) para ampliar a produção. A poupança interna deixa de ser a única fonte para financiar os investimentos, pois o país pode recorrer à poupança externa assim como a poupança interna não precisa mais necessariamente ser aplicada no país, podendo ser investida no exterior. Esse conjunto de transações gera uma série de fluxo de bens e serviços e fluxos monetários e de capitais entre os países que afeta seu desempenho econômico. O balanço de pagamentos de uma nação busca registrar esse conjunto de transações do país com o resto do mundo.

O balanço de pagamentos de um país é um resumo contábil das transações econômicas que esse país faz com o resto do mundo, durante um certo período de tempo. Com base nesse balanço pode-se avaliar a situação econômica internacional do país.

Para completar a linha de pensamento do autor, além dos conceitos já definidos, devemos compreender ainda, mais um conceito importante que é o de ativo. Entende-se por ativo os bens, os valores, os créditos que formam o patrimônio de uma empresa.

Sandroni (1989, p. 17) conceitua ativo como sendo:

Conjunto de bens, valores, créditos e semelhantes, que formam o patrimônio de uma firma, opondo-se ao passivo (dívidas, obrigações etc.). Nos balanços das empresas, o ativo é subdividido em vários itens, de modo a se distinguir o dinheiro em caixa (saldos bancários, títulos que podem ser vendidos imediatamente); o depósito a curto prazo (recebimentos em trânsito, empréstimos a curto prazo); o estoque de mercadorias (inclusive as mercadorias em consignação); os terrenos e edificações; as instalações e máquinas; as luvas e os direitos e privilégios. Conceitos particularmente importantes no balanço de uma empresa são o de ativo circulante ou disponível e o de ativo fixo ou imobilizado. O *ativo circulante* compreende o dinheiro em caixa, os saldos bancários e todos os valores que podem ser convertidos em dinheiro imediatamente. O *ativo fixo* são os imóveis, os equipamentos, os utensílios, as ferramentas, as patentes, tudo aquilo que é essencial para a empresa continuar operando e não pode ser convertido em dinheiro imediatamente.

O balanço de pagamentos é fundamental devido às dificuldades geradas pelos problemas econômicos como inflação e escassez de divisas, por exemplo. Por esse motivo tornou-se necessário registrar as transações comerciais para que fossem classificadas e interpretadas. O FMI – Fundo Monetário Internacional, para facilitar, padronizou internacionalmente as contas e começou a divulgar para os países-membros.

Sobre esse assunto, Maia (2004, p. 248) escreve que:

O assunto tornou-se de interesse geral, motivo por que o FMI criou uma padronização internacional de contas e passou a divulgar os Balanços de pagamentos dos países-membros.

Portanto, as finalidades primordiais dos Balanços de Pagamento são:

- * informar como o país se comporta em suas transações com o exterior;
- * tornar-se um instrumento para o governo tomar decisões necessárias para corrigir problemas relativos às transações com o exterior;
- * servir para medir os efeitos das medidas tomadas.

O FMI é uma organização financeira com a finalidade de levantar fundos nos países-membros, evitar desvalorizações concorrenciais e promover uma cooperação monetária no capitalismo.

Nesse sentido Sandroni (1989, p. 126) conceitua FMI da seguinte maneira:

Organização financeira internacional, criada em 1944, na Conferência Internacional de Bretton Woods (em New Hampshire, EUA). É uma agência especializada da ONU (Organização das Nações Unidas), com sede em Washington e que faz parte do sistema financeiro internacional, ao lado do BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento Internacional). O Fundo Monetário foi criado com a finalidade de promover a cooperação monetária no mundo capitalista, coordenar as paridades monetárias (evitar desvalorizações concorrenciais) e levantar fundos entre os diversos países-membros, para auxiliar os que encontrarem dificuldades nos pagamentos internacionais. Quase todos os países relativamente industrializados (com exceção dos países socialistas) fazem parte da organização. Cada país contribui com cotas-parte para o Fundo (uma quarta parte em ouro e o restante em moeda nacional corrente) e nomeia um delegado e um suplente como seu representante. O Fundo é dirigido por vinte diretores (cinco nomeados pelos países que detêm o maior número de cotas e os restantes eleitos entre os representantes) que elegem entre si um diretor-geral.

O conhecimento de alguns problemas econômicos como inflação e escassez de divisas, citados anteriormente, também é fundamental para a compreensão dos indicadores macroeconômicos e do cenário econômico dos países onde se tem o comércio exterior.

A inflação é o aumento geral do nível de preços ocasionando a perda do poder aquisitivo da moeda. Esses aumentos de preços ocorrem de maneira generalizada e não apenas em alguns setores da economia ou em alguns produtos.

Passos e Nogami (2001, p. 417) comentam que:

O fenômeno macroeconômico inflação pode ser definido como sendo o processo persistente de aumento do nível geral de preços, o que resulta em uma perda do poder aquisitivo da moeda. A inflação é considerada um fenômeno generalizado, pois os aumentos dos preços não ocorrem apenas sobre um pequeno conjunto de preços ou sobre um setor específico da economia. A inflação significa um aumento simultâneo de um grande número de preços.

A inflação pode ocorrer por vários motivos, mas o principal para o caso estudado é que a demanda é maior do que a procura, ou seja, o poder aquisitivo

aumenta e a procura por bens e serviços excede aos disponíveis no mercado. Quando a demanda é maior do que a oferta, o preço tende a aumentar.

Com essa preocupação Ratti (2001, p. 417) escreve sobre as causas da inflação da seguinte forma:

Em linguagem elementar, a inflação nada mais é do que uma elevação contínua de todos os preços, motivada por um excesso de crescimento dos meios de pagamento, em relação ao crescimento dos bens e serviços à disposição do público.¹

Quando Ratti comenta sobre meios de pagamento, podemos entender que ele relaciona esse termo à demanda, ou seja, quando se lê meios de pagamento pode-se substituir por demanda por produtos e serviços.

Outra preocupação na economia é o da escassez de divisas. As divisas, como já citadas anteriormente, são moedas estrangeiras. Nesse caso a escassez é a falta da moeda estrangeira em posse do governo de um país ocorrida por situações adversas. A falta de divisas causa desequilíbrio no balanço de pagamentos, por isso é um fator importante a ser entendido para compreender todo o conceito macroeconômico do balanço de pagamentos.

Para que haja melhor entendimento Maia (2004, p. 107) descreve o desequilíbrio do balanço de pagamentos em relação à escassez de divisas:

Os desequilíbrios dos Balanços de Pagamentos podem ser de duas naturezas: conjunturais ou estruturais.

O desequilíbrio **conjuntural** é consequência de uma causa não permanente e ocorre apenas em determinado período, não se repetindo nos seguintes. Por exemplo, uma nação (como foi o caso do Brasil na década de 20) tem como fonte de divisas quase exclusivamente o café. Se houver uma geada que prejudique sensivelmente a safra, o país sofre um problema cambial de grandes proporções, o que, provavelmente, não se repetirá no ano seguinte. Nesse caso, o FMI dará assistência financeira que resolverá a dificuldade temporária desse país.

O desequilíbrio **estrutural** é diferente. O problema de falta de divisas é repetitivo. Nesse caso, a assistência financeira é dada mediante uma **carta de intenções**, na qual o país se compromete a tomar uma série de medidas econômicas corretivas. Isso aconteceu com o Brasil: desde o governo Juscelino até o governo Collor, chegamos a apresentar 11 cartas de intenções.

Com base nesses conceitos, fica mais fácil compreender o aumento da exportação do Brasil para a China no decorrer dos anos e torna possível, dessa

maneira, identificar, no capítulo 3, quais os impactos que essa relação provoca no mercado interno brasileiro.

CAPÍTULO 3 – RELAÇÃO BILATERAL COMERCIAL BRASIL X CHINA

3.1 – Exportação para a China

Em 1974 o Brasil e a RPC – República Popular da China, estabeleceram de maneira formal as relações diplomáticas. Sendo assim, em 1978 foi assinado o primeiro acordo bilateral entre o Brasil e a China em termos comerciais. A partir de então o comércio entre os dois países começou a ser desenvolvido e mais apreciado.

Nesse sentido Abi-sad (1996, p. 186) comenta:

Em 15 de Agosto de 1974, o Brasil e a RPC estabeleceram relações diplomáticas formais em nível de embaixada. Na cerimônia realizada na ocasião em Brasília, firmou-se o comunicado conjunto, celebrando o evento. Em 7 de janeiro de 1978, quando da visita do então ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, a Pequim, foi assinado o primeiro acordo bilateral entre o Brasil e a República Popular, versando sobre comércio. A partir de então, registrou-se um apreciável intercâmbio bilateral sino-brasileiro, tanto em termos de visitas e de contatos políticos de alto nível, quanto em termos de comércio. Tornaram-se freqüentes e vultosas as missões de ambos os países em viagens de trabalho e em rodadas de negociações variadas.

Alguns autores escrevem que as exportações brasileiras à China representam uma expansão significativa e que o relacionamento entre Brasil e China vem se ampliando desde 2001 de maneira acelerada, porém, como mencionado anteriormente, o crescimento nas relações sino-brasileiras pode ser percebido desde o início da parceria entre os dois países.

Com relação à evolução da exportação brasileira para a China, Furlan e Felsberg (2005, p. 9) comentam:

Exportação para a China: Um breve comentário sobre a evolução recente do comércio Brasil-China também parece oportuno neste contexto. A partir de 2001, verifica-se uma tendência de crescimento acentuado das exportações brasileiras para a China, que passaram de US\$1,08 bilhão para US\$ 4,53 bilhões em 2003, representando uma expansão significativa da ordem de 319% num período curto de dois anos. A corrente de comércio entre Brasil e China também vem se ampliando constantemente desde 2001. Nos últimos cinco anos, o fluxo de comércio se expandiu 106,8%.

Desde a década de 70 a relação bilateral evoluiu consideravelmente. De 1978 até 1991 as exportações brasileiras para a China saltaram de pouco mais de US\$ 126 milhões, em 1978, para mais de US\$ 227 milhões, em 1991. Dados provisórios, divulgados em 1993 pela DECEX – Departamento de Operações e Comércio Exterior mostraram que as exportações atingiram US\$ 714 milhões.

Quadro 01 – Dados sobre as exportações do Brasil e da China de 1978 a 1991.

COMÉRCIO BRASIL-RPC (EM MILHÕES DE US\$)			
Ano	Exportações do Brasil	Exportações da RPC	Saldo para o Brasil
1978	129.237	3.968	125.269
1979	118.334	88.333	30.001
1980	73.226	244.142	-170.916
1981	104.938	349.798	-244.860
1982	92.074	312.186	-220.112
1983	270.321	505.463	-235.142
1984	453.111	365.315	87.796
1985	817.584	413.564	404.020
1986	517.306	289.037	228.269
1987	361.533	297.502	64.031
1988	718.485	82.915	635.570
1989	628.341	96.529	531.812
1990	381.804	119.803	262.001
1991	227.540	59.000	168.540

Obs.: Dados provisórios divulgados em novembro de 1993 indicaram que no período de janeiro a outubro de 1993 as exportações brasileiras para a RPC registraram considerável aumento, atingindo o montante de US\$ 714 milhões.

Fonte: ABI-SAD, Sérgio Caldas Mercador. **A potência do dragão: a estratégia diplomática da China**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

Para melhorar a compra de produtos estrangeiros, o governo da China diminuiu significativamente o imposto sobre as importações. Sendo assim, o comércio com o Brasil e com os países com quem os chineses firmaram acordos comerciais ficou mais fácil e permitiu maior exportação do Brasil para a China.

Sobre esse assunto, Furlan e Felsberg (2005, p. 284) escrevem:

Desde o ano de 1991, o governo chinês reduziu a alíquota do imposto de importação oito vezes. Atualmente, a alíquota máxima de importação foi reduzida para 16,5% (dezesseis ponto cinco por cento).

A China possui duas listas de tarifa para importação:

- i) tarifas gerais; e
- ii) tarifas preferenciais.

As tarifas gerais são aplicadas para países e regiões que não possuem acordos recíprocos de tarifas com o governo chinês. Já as tarifas preferenciais são aplicadas aos bens de países e regiões que celebram acordos com a China.

Os principais produtos remetidos à China até 1996 eram minério de ferro, produtos siderúrgicos, plásticos, produtos alimentícios, maquinaria leve, alumínio óleo de soja, uréia, entre outros produtos de baixo valor agregado.

Nesse sentido, Abi-sad (1996, p. 189) relata:

Os principais itens que integram a pauta de exportação brasileira para a RPC têm sido: minério de ferro, produtos siderúrgicos, plásticos, produtos alimentícios, maquinária leve, alumínio, hematita, óleo de soja, uréia, pasta química de madeira e artigos elétricos. Os chineses vendem ao Brasil petróleo bruto, carvão, óleos essenciais, têxteis, produtos químicos e artigos de indústria leve.

Com o passar dos anos, o comércio entre os dois países foi evoluindo e, o que não era tão intenso no início, se transformou em uma grande parceria.

Os produtos brasileiros que mais foram exportados para a China até 2008 foram as *commodities*, porém, outros produtos também integraram a pauta de exportação brasileira para o mercado chinês.

Quadro 02 – Exportações brasileiras para a China (em US\$ milhões).

Exportações brasileiras para China (em US\$ milhões)
Principais produtos ou famílias de produtos - Janeiro a Dezembro de 2008

Produtos ou famílias de produtos	2008	2007	Variação (%)
Carnes e laticínios	9,9	17,5	-43,3
Soja em grão	5.324,1	2.831,9	88,0
Óleo de soja	829,9	318,3	160,7
Fumo	367,3	271,3	35,4
Granito cortado e bruto	75,4	67,9	11,1
Minério de ferro	4.886,1	3.710,3	31,7
Outros minérios (manganês, cobre, nióbio etc.)	284,7	97,6	191,7
Petróleo e derivados	1.702,5	839,9	102,7
Produtos químicos orgânicos e inorgânicos	120,1	156,9	-23,4
Couros e peles	376,3	491,6	-23,4
Pastas de madeira, papel e celulose	741,9	444,8	66,8
Produtos semimanufaturados de ferro e aço	521,1	346,4	50,4
Máquinas, ferramentas e aparelhos mecânicos	293,0	235,3	24,5
Máquinas, ferramentas e aparelhos elétricos	88,3	60,3	46,6
Partes e componentes para veículos e tratores	25,0	45,6	-45,2

Fonte: AliceWeb. Elaborado pelo Conselho Empresarial Brasil-China

Fonte: www.cebc.org.br

Com o aumento das exportações para a China, o Brasil melhora o resultado da balança comercial, influenciando positivamente o saldo do balanço de pagamentos e, conseqüentemente, a evolução da economia brasileira. As exportações para a China também são importantes, para estreitar ainda mais a parceria comercial entre os dois países.

Com relação à evolução da parceria sino-brasileira, Abi-sad (1996, p. 188) comenta que:

Finalmente, em Novembro de 1993, Jiang Zemin visitou oficialmente o Brasil na qualidade de presidente da República Popular. Foram firmados então significativos documentos, versando sobre cooperação em ampliações pacíficas de ciência e tecnologia do espaço exterior e sobre incremento do comércio bilateral de minério de ferro e a promoção da exploração conjunta de reservas de minério. As declarações oficiais divulgadas falaram do estabelecimento de uma “parceria estratégica” entre os dois países, indicando que o processo de aproximação e complementação de atividades já atingira um elevado patamar operacional, fazendo com que os responsáveis brasileiros e chineses considerassem com especial atenção seus programas conjuntos de intercâmbio e cooperação.

O intercâmbio comercial sino-brasileiro evoluiu consideravelmente desde a década de 1970, embora acusasse sensíveis oscilações em vista das condições da conjuntura econômica dos dois países. No entanto, o Brasil continua a representar o principal parceiro da RCP na América Latina em termos de comércio.

Embora o volume das exportações tenha aumentado até 2008, nem sempre o saldo da balança comercial é positivo, pois, às vezes, o Brasil importa mais do que exporta e isso impacta negativamente o desempenho da economia brasileira.

Quadro 03 – Dados sobre a Balança Comercial (em US\$ milhões)

Intercâmbio Comercial Brasil-China (em US\$ milhões)
Janeiro a Dezembro de 2008

	Exportações			Importações			Saldo Comercial		
	2008	2007	Variação %	2008	2007	Variação %	2008	2007	Variação %
Jan	654,0	558,3	17,2	1.536,9	791,2	94,3	-882,9	-232,9	279,1
Fev	760,4	546,3	39,2	1.325,5	702,6	88,7	-565,1	-156,3	261,5
Mar	673,0	809,2	-16,8	1.283,6	943,4	36,1	-610,6	-134,2	355,1
Abr	1.328,5	1.008,6	31,7	1.427,8	849,4	68,1	-99,3	159,2	-162,4
Mai	2.307,6	919,8	150,9	1.608,1	968,9	66,0	699,5	-49,1	-1.524,0
Jun	1.684,0	1.072,8	57,0	1.766,3	955,2	84,9	-82,3	117,6	-170,0
Jul	2.540,3	1.148,9	121,1	1.954,4	1.053,4	85,5	585,8	95,5	513,5
Ago	1.971,9	1.127,5	74,9	1.903,5	1.318,6	44,4	68,5	-191,1	-135,8
Set	1.792,8	1.006,2	78,2	2.053,7	1.158,6	77,3	-260,9	-152,4	71,2
Out	1.420,2	1.084,6	30,9	2.079,1	1.429,8	45,4	-658,8	-345,2	90,9
Nov	559,9	801,3	-30,1	1.762,6	1.338,1	31,7	-1.202,7	-536,7	124,1
Dez	710,4	665,3	6,8	1.338,5	1.109,7	20,6	-628,0	-444,4	41,3
Total	16.403,0	10.748,8	52,6	20.040,0	12.618,9	58,8	-3.637,0	-1.870,1	94,5

Fonte: AliceWeb. Elaborado pelo Conselho Empresarial Brasil-China

Fonte: www.cebc.org.br

A evolução do comércio bilateral entre Brasil e a China, promove, não só o crescimento do Brasil, quando há saldo positivo na balança comercial, quanto o crescimento da própria China, pois consegue focar na produção de produtos com baixo custo, exportando para grande parte do mundo. Esse crescimento foi observado há muito tempo por economistas e deve ser estudado para uma real compreensão de qual rumo à economia global tomará com a futura potência mundial.

3.2 – O crescimento econômico da China

O fato de o Brasil ampliar as exportações para o mercado chinês e estreitar a parceria comercial com a China está relacionado com o crescimento da economia chinesa e seu destaque como futura potência mundial tanto na economia como no comércio internacional.

Furlan e Felsberg (2005, p. 5) escrevem que:

Um dos maiores fenômenos do panorama internacional nos últimos anos tem sido a emergência da China como potência econômica e comercial. O país vem crescendo em ritmo acelerado e representa um papel cada vez mais preponderante nas relações econômicas internacionais.

O crescimento econômico da emergente China impactará tanto os países desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento.

No que diz respeito ao avanço econômico da China, Shenkar (2005, p. 19) analisa:

Economistas e editorialistas freqüentemente caracterizam a ascensão da China como mais um caso de economia emergente em fase de crescimento, tendo como antecedentes o Japão e os tigres asiáticos (Coréia do Sul, Cingapura, Taiwan e Hong Kong), e, em breve, acompanhada pela Índia. Nada mais incorreto do que isto; o caso chinês tem muito mais a ver com a ascensão dos Estados Unidos, um séculos atrás, do que com o progresso dos seus antecessores e seguidores nos dias de hoje. O que presenciamos aqui é o crescimento sustentado e radical de uma futura potência mundial, detentora de incomparável base de recursos, aspirações grandiosas, enorme poder de barganha e dos recursos tecnológicos e financeiros de uma comunidade expatriada estabelecida e preparada para todos os tipos de empreendimentos. O impacto do crescimento da China nos países do mundo – sejam desenvolvidos ou em desenvolvimento – será

enorme, e assim também será a necessidade de desenvolver estratégias e reações a este desafio.

Vários autores analisam o cenário econômico mundial e explicam, de maneiras diferentes, que a China está se convertendo em potência mundial sem causar distúrbio para a comunidade internacional. A ascensão econômica chinesa tem sido de maneira pacífica.

Fairbank e Goldman (2006, p. 420) explicam que:

No início do século XXI, a China realizou, por fim, o desejo acalentado dos reformistas desde o final do século XIX de tornar o país “rico e poderoso”. A presença econômica crescente da China no cenário mundial significava um renascimento do seu poder econômico dominante em séculos passados. Muito mais que Mao, Deng possibilitou atingir o sonho centenário de transformar a China em uma grande potência. Mais uma vez, a China era um poder mundial tanto econômica quanto estrategicamente. Ao longo da história moderna, no entanto, quando nações poderosas surgiram, elas tenderam a empreender a expansão territorial ou a guerra, como visto no caso da Alemanha e do Japão no século XX. Talvez um esforço para tranquilizar o mundo, os líderes nacionais mencionam a “ascensão pacífica” da China, ou seja, que a China se converterá em uma potência mundial sem causar distúrbio na comunidade internacional.

O avanço no crescimento da economia chinesa que, mesmo passando pela crise mundial, desencadeada nos Estados Unidos em meados de 2008, prosseguiu de maneira acelerada e foi percebido por todo o mundo.

O Banco Mundial previu um crescimento da economia chinesa de 9,2% para o ano de 2009, porém, devido à crise mundial, revisou para 7,5%. Essa previsão de crescimento, mesmo baixa para os padrões da China ainda é superior a muitos países do ocidente.

Em artigo escrito à BBC Brasil, a repórter Marina Wentzel informa:

O Banco Mundial revisou para baixo – de 9,2% para 7,5% – a sua estima de crescimento da economia da China em 2009, segundo um relatório divulgado nesta terça-feira pela entidade.

Se confirmada a previsão, seria o ritmo de crescimento mais baixo observado no país desde 1990.

O documento sugere que apesar de a expansão de 7,5% ser considerada “baixa” para os padrões da China, esse desempenho ainda é muito superior aos níveis que deverão ser registrados no Ocidente e colocará o país em

uma situação relativamente confortável no período de recessão internacional que se aproxima.

Apesar da posição vantajosa em relação à Europa e os Estados Unidos, o governo da China tem tomado providências para garantir que o desenvolvimento da economia não esfrie ainda mais.

Com o avanço do crescimento econômico da China tem-se a tendência natural de desenvolvimento, sendo assim, o país precisará importar produtos que não tem no mercado interno. Com isso, faz-se necessário o estreitamento das relações comerciais como outros países e, o Brasil, faz parte do grupo de exportadores para o mercado chinês. Dessa forma, ocorrerão impactos na economia brasileira.

3.3 – Os impactos do crescimento nas exportações brasileiras

Ao analisar todos os conceitos mencionados podemos compreender a importância do crescimento da economia chinesa, o impacto que esse crescimento proporcionou às exportações brasileiras para a China e quais os fatores, positivos e negativos, na relação comercial entre Brasil-China.

Quando o Brasil exporta para a China, pode-se aumentar o superávit ou diminuir o déficit da balança comercial. Para isso, o governo brasileiro quer exportar mais para a China.

O desejo de que se aumente o volume das exportações para a China ocorre, pois o crescimento da economia chinesa permite que o Brasil consiga penetrar em novos mercados e, também, ampliar participação em mercados já atendidos.

Em artigo divulgado pela Secretaria Executiva do Conselho Empresarial Brasil-China, podemos ver que:

Para o segundo semestre de 2009, o país asiático irá manter acelerados os gastos com infra-estrutura e habitação e, conseqüentemente, continuará impactando no aumento de produção da indústria pesada. Dessa forma, a China ajudará a reduzir os efeitos da crise mundial, sobretudo, em países fornecedores de matérias-primas, como o Brasil.

As exportações brasileiras foram positivamente impactadas pelos investimentos chineses em infraestrutura e habitação, bem como por estratégia do país asiático de aproveitar preços baixos de commodities no mercado mundial para aumentar estoques. Enquanto a crise mundial desaqueceu o comércio internacional e reduziu a demanda da maioria dos principais compradores dos produtos brasileiros, a China foi o único entre os principais destinos para onde as exportações brasileiras aumentaram. No segundo semestre, as vendas brasileiras para a China registraram crescimento de 41,14%. A manutenção de alta taxa de incremento das exportações e a queda das importações de produtos chineses (motivada pela desaceleração da produção industrial brasileira) resultou em superávit no período de US\$ 3,686 bilhões. A China tornou-se o principal parceiro comercial brasileiro, ultrapassando os EUA pela primeira vez.

Devido, o Brasil exportar para a China minério de ferro e de soja e, aumentar a remessa de produtos brasileiros ao mercado chinês, percebe-se que o país pode, em partes, sustentar o título de maior país sul-americano e potência regional.

Podemos verificar, em artigo divulgado pela Câmara Brasil-China de Desenvolvimento, que:

“A China tem estado a contribuir para a ascensão do Brasil enquanto potência regional. O desempenho económico brasileiro tem sido conduzido, em parte, pelas suas indústrias exportadoras de minério de ferro e de soja, para as quais a China é um cliente-chave”, refere o estudo

Washington, EUA – As relações crescentes, a nível político e económico, entre a China e o Brasil estão a sustentar a ascensão do maior país sul-americano enquanto grande potência regional tendo a recessão global reforçado a importância das trocas com Pequim.

No ensaio “Implicações estratégicas da ajuda e investimento chinês na América Latina”, publicado pela Fundação Jamestown na semana passada, o investigador Evan Ellis defende que a afirmação de Brasília é uma das principais consequências da investida feita por Pequim na região ao longo dos últimos anos.

“A China tem estado a contribuir para a ascensão do Brasil enquanto potência regional. O desempenho económico brasileiro tem sido conduzido, em parte, pelas suas indústrias exportadoras de minério de ferro e de soja, para as quais a China é um cliente-chave”, refere o estudo.

Para Ellis, a recessão veio “ênfatisar e ampliar” a importância da China para o Brasil, uma vez que as exportações brasileiras para os Estados Unidos caíram de forma acentuada (37,8 por cento no primeiro trimestre do ano) enquanto no mercado chinês a procura pelo “made in Brasil” não quebrou, aumentando pelo contrário 62,7 por cento.

Esta evolução, afirma, foi alcançada graças ao pacote de estímulo chinês que incluía projectos de infra-estruturas num montante de 740 mil milhões de dólares, “mantendo elevados níveis de procura chinesa por matérias-primas como o minério de ferro, comprado a empresas brasileiras, nomeadamente a Vale”.

A consequência, sublinha, foi a China tornar-se, no primeiro semestre do ano, no principal mercado de exportação brasileiro, ultrapassando os Estados Unidos.

“A China também surgiu como financiador-chave numa altura em que o Brasil procura os 174 mil milhões de dólares de que precisa para desenvolver as reservas de petróleo em águas profundas nas bacias de Santos e Campos recentemente descobertas”, sublinha Ellis.

Durante conversações com o Banco de Desenvolvimento da China sobre um empréstimo de 10 mil milhões de dólares, exemplifica Ellis, o presidente da petrolífera brasileira Petrobras, Sérgio Gabrielli, afirmou mesmo não haver “ninguém no governo norte-americano com quem seja possível ter discussões como [as que decorriam] com os chineses”.

“A China é também um parceiro cada vez mais importante na transferência de tecnologia para o Brasil. Os dois países estão a estimular várias importantes parcerias, incluindo a produção conjunta de aviões a jacto de média dimensão, o programa do Satélite de Pesquisa Terrestre China-Brasil (CBERS) e outros programas de cooperação espacial”, adianta.

Para Ellis, as relações comerciais crescentes com a China estão a fazer também com que Brasília se interesse cada vez mais pelos seus vizinhos e, em particular, na construção de infra-estruturas de ligação de cidades do interior como Manaus a portos no Pacífico como Paita e Ilo (Peru) ou Manta (Equador).

Tudo isto, adianta, leva a um crescente interesse brasileiro “na política comercial e estabilidade política dos seus vizinhos do Pacífico” e em “grandes projectos de infra-estruturas que afectam a racionalidade económica desse comércio, como a expansão do Canal do Panamá”.

A crescente influência chinesa, que também é visível no apoio aos líderes socialistas da Venezuela ou Bolívia, está ainda a “minar o papel de primazia dos Estados Unidos como actor económico e social da região”, defende.

“Isto pode ser visto na reorientação da estrutura comercial da América Latina para além dos Estados Unidos, nos esforços latino-americanos para agradar ou evitar ofender a China e no declínio do poder norte-americano como modelo de referência para o desenvolvimento económico e democracia”, refere o ensaio publicado pela Fundação Jamestown.

Com o crescimento das exportações para a China e com o destaque do Brasil a China importa mais do Brasil, o que repercute de maneira positiva na economia brasileira.

Nesse sentido, Durval Noronha Goyos Jr – Sócio sênior de Noronha advogados, escreve à Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China que:

São Paulo – As exportações brasileiras para a República Popular da China (China) no primeiro trimestre de 2009 alcançaram US\$ 3,4 bilhões, de acordo com as estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com um crescimento de 62,67% em valor sobre o mesmo período do ano anterior e ultrapassaram as vendas de nosso país para os

Estados Unidos da América, que foram durante décadas o principal comprador do Brasil. De acordo com as estatísticas do governo chinês, que adota metodologia diversa, os números são ainda maiores.

É ainda significativo que a Ásia tenha igualmente superado a América Latina como parceiro comercial do Brasil. Os números demonstram que as medidas internas de combate à crise na China causaram um impacto positivo nas exportações brasileiras muito maiores do que as próprias ações tardias, desencontradas, trôpegas e pífias tomadas pelo governo do Brasil.

Para o Brasil, exportar para a China é um ótimo negócio, desde que não prejudique o atendimento do mercado interno. Caso essa relação bilateral não fosse vantajosa para o Brasil, o governo tomaria medidas para dificultar as exportações ao mercado Chinês. Para a China, ter o Brasil como parceiro comercial também é importante, pois, consegue suprir suas necessidades com produtos que o mercado brasileiro tem um desempenho considerável.

Dessa forma, podemos verificar que a tendência natural é aumentar as exportações brasileiras para a china, aumentando e melhorando as relações sino-brasileiras.

Conclusão

Com base nas pesquisas realizadas pode-se concluir que o governo brasileiro pensa em exportar mais para a China e encontra facilidades para isso. Dessa maneira, o comércio entre o Brasil e a China se solidifica, e, em aumentando a exportação para o mercado chinês, o Brasil melhora o saldo da balança comercial, melhora, também, o desempenho da economia nacional e, ainda, emerge como potência regional.

Também é visível que o governo não tomou nenhuma medida para limitar as exportações para o mercado chinês, pelo menos até 2008, pois, várias publicações trazem informações de que o desejo e a tendência são de aumento no volume dos negócios do Brasil com a China.

Nesse estudo pode-se verificar que não houve impactos negativos na economia do Brasil ocasionados pelas exportações de produtos brasileiros à China e que, de maneira geral, essas exportações contribuíram para posicionar o Brasil de maneira favorável no cenário econômico mundial.

Como a China está, há muito tempo, despontando como futura potência mundial, tanto na economia quanto no comércio internacional, o Brasil, enquanto parceiro comercial, tem como aumentar as exportações, estreitar ainda mais as relações sino-brasileiras e, também, se destacar como uma potência regional e ter destaque no cenário econômico internacional.

Sendo assim, é certo dizer que a relação sino-brasileira, até o momento, é positiva para o Brasil e, também, que deve aumentar ainda mais, permitindo maior relacionamento nessa parceria comercial.

Referências Bibliográficas

ABI-SAD, Sérgio Caldas Mercador. **A potência do dragão: a estratégia diplomática da China**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

ACEVEDO, Claudia Rosa. **Monografia no Curso de Administração: guia completo de conteúdo e forma**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

ACKLEY, Gardner. **Teoria Macroeconômica**. 3ª. ed. rev. São Paulo: Pioneira, 1989

DORNBUSCH, Rudiger e FISCHER, Stanley. **Macroeconomia**. 5ª. ed. São Paulo: Makron, 1991.

FAIRBANK, John King, GOLDMAN, Merle. **China: Uma nova história**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

FURLAN, Fernando de Magalhães e FELSBURG, Thomas Benes (organizadores). **Brasil China: Comércio, Direito e Economia**. São Paulo: Lex Editora, 2005.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de, JÚNIOR, Rudinei Toneto. **Economia Brasileira Contemporânea**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

JORGE, Fauzi Tímaco; MOREIRA, José Octávio de Campos. **Economia – Notas Introdutórias**. São Paulo: Atlas, 1992.

KALECKI, Michal. Tradução de Jorge Miglioli, José Bonifácio de S. Amaral Filho, Dilma Vana Linhares e Sérgio Windholz. **Economia**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Ática, 1994.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 9ª. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios da Economia**. 3ª. ed. São Paulo: Thomson, 2001.

RATTI, Bruno. **Comércio Internacional e Câmbio**. 11^a. ed. São Paulo: Lex Editora, 2006.

REVISTA EXAME – Edição Especial Dupla: O Ano da China. São Paulo: Abril, Edição 920, Ano 42 – Nº 11 – 18/06/2008.

TROSTER, Roberto Luis; MOCHÓN, Francisco. **Introdução à Economia**. Edição revisada e ampliada. São Paulo: Makron Books, 1999.

SHENKAR, Oded. **O século da China – A ascensão chinesa e o seu impacto sobre a economia mundial, o equilíbrio do poder e os (des)emprego de todos nós**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia**. 2^a. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

WESSELS, Walter J. **Economia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

10. Referências Eletrônicas

<http://www.receita.fazenda.gov.br/memoria/administracao/curiosidades/comerciobrasilchina.asp> - acessado em 26/11/2008 as 09:10 h.

http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/11/081125_banco_mundial_dg.shtml - acessado em 02/11/2009 as 22:52 h.

<http://www.cebc.org.br> – acessado em 16/11/09 as 08:02 h.

http://www.cbcde.org.br/home/noticias_detalhe.asp?paCodNoticia=3402 – acessado em 02/11/2009 as 21:31h.

http://www.ccibc.com.br/pg_dinamica/bin/pg_dinamica.php?id_pag=5185 – acessado em 02/11/2009 as 22:13h.

ANEXOS

Artigo 01 – Artigo sobre a previsão do Banco Mundial em relação ao crescimento da China.

Banco Mundial reduz previsão de crescimento da China

Marina Wentzel

De Hong Kong para a BBC Brasil

O Banco Mundial revisou para baixo – de 9,2% para 7,5% – a sua estima de crescimento da economia da China em 2009, segundo um relatório divulgado nesta terça-feira pela entidade.



Se confirmada a previsão, seria o ritmo de crescimento mais baixo observado no país desde 1990.

O documento sugere que apesar de a expansão de 7,5% ser considerada "baixa" para os padrões da China, esse desempenho ainda é muito superior aos níveis que deverão ser registrados no Ocidente e colocará o país em uma situação relativamente confortável no período de recessão internacional que se aproxima.

Queda das exportações já é sentida por empresas chinesas

Apesar da posição vantajosa em relação à Europa e os Estados Unidos, o governo da China tem tomado providências para garantir que o desenvolvimento da economia não esfrie ainda mais.

Incentivo

Pequim está discutindo com o Banco Mundial empréstimos e linhas de crédito para a China e outros emergentes, para garantir recursos para obras estatais que possam gerar empregos e incentivar o consumo, disse o presidente da instituição na China, David Dollar.

De acordo com o estudo da organização, mais de 50% das exportações chinesas têm como destino países emergentes. A desaceleração econômica dos emergentes deve provocar uma queda na produção e fechamento das empresas chinesas.

No começo do mês, o governo anunciou um pacote de estímulo no total de US\$ 586 bilhões, que inclui forte investimento em obras de infra-estrutura e subsídios ao consumo nas classes urbana e rural.

Essas medidas e outros gastos estatais terão forte impacto na economia, prevê o Banco Mundial.

"Nossa previsão para 2009 é de um crescimento do PIB por volta de 7,5% e mais da metade disso se origina em gastos influenciados pelo governo", afirmou o economista sênior e principal autor do relatório, Louis Kuijs.

Dollar, o presidente da organização na China, elogiou a iniciativa do governo e comentou as medidas do pacote.

"A ênfase será em acelerar e aumentar a infra-estrutura e outros investimentos", disse em uma declaração à imprensa.

"Muitos projetos focarão em um desenvolvimento amplo de longo prazo e na melhoria do padrão de vida" completou.

Tendência negativa

O relatório ainda afirma que apesar do mercado financeiro na China ser isolado e fortemente controlado, a economia como um todo não é independente do resto do mundo e, portanto, não conseguirá se "descolar" da tendência negativa que abala os Estados Unidos, Europa e Japão.

A estimativa da instituição é de que a economia mundial encerre 2008 com um crescimento de 3% – reduzindo 1,1 ponto percentual dos 4,1% observados em 2007 – e chegue a regredir mais ainda, registrando crescimento de apenas 1% no ano que vem.

O Banco Mundial também estima que os níveis de investimento privado terão retração significativa no ano que vem e o mercado imobiliário "seguirá enfraquecendo".

A inflação, no entanto, não será um problema, aponta o relatório.

O índice tem retrocedido rapidamente e registrou 4% em outubro passado, menos da metade dos 8,7% observados em fevereiro.

No começo deste ano as lideranças chinesas anunciaram que combater a alta nos preços e esfriar a economia, que estava superaquecida, era a prioridade, mas com a perspectiva de crise mundial o cenário se inverteu e Pequim não se preocupa mais com o índice de preços ao consumidor.

Fonte: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/11/081125_banco_mundial_dg.shtml - acessado em 02/11/2009 as 22:52 h.

Artigo 02 – Artigo sobre os impactos do crescimento da China.

Impactos da China para o mundo em crise (15/09/2009 - 14:16).

IMPACTOS DA CHINA PARA O MUNDO EM CRISE

Contrariando as expectativas da maioria dos analistas internacionais de China e das mais importantes instituições financeiras internacionais, a China deu sinais claros de que possivelmente alcançará a meta de crescimento econômico de 8% em 2009, determinada pelo governo de Pequim. Diante do espantoso crescimento do PIB de 7,9% no segundo trimestre (no semestre o crescimento é de 7,1%), alguns já falam até em superação da meta, como a Goldman Sachs que agora estima crescimento de 8,3% em 2009 e de 10,9% em 2010.

Esse cenário positivo desperta novamente a tese de descolamento que foi sustentada por alguns economistas no início de 2008. Continuamos acreditando que a China não está descolada do mundo e que os impactos da crise mundial (principalmente a redução da demanda dos EUA e da União Européia) são claramente percebidos em um país que estava acostumado a crescer acima de 10% ao ano (entre 2002 e 2007). As exportações chinesas continuam desabando e os lucros das empresas privadas chinesas seguem negativos.

O que ocorre é que a China é menos dependente do mundo do que a maioria imagina. As exportações chinesas não desempenham papel de principal motor da economia, cabendo-o aos investimentos em ativos fixos e ao consumo (incluindo gastos residenciais e públicos). Conforme afirma o economista americano e especialista em China Albert Keidel, “A maior parcela das exportações da China é de produtos processados, estes de menor contribuição ao PIB do que produtos primários. A China é mais dependente de exportações do que os Estados Unidos, porém, significativamente menos dependente do que Japão e Cingapura. Dessa forma, no longo prazo, é o progresso tecnológico, e não a demanda, o fator capaz de acelerar a economia.”.

O grande mito sobre a economia chinesa, a premissa de que exportações líquidas são principal motor do crescimento do PIB, tem sido cada vez mais refutada com o agravamento da crise mundial e conseqüente redução da demanda internacional. Em 2008, as exportações líquidas contribuíram com somente 0,5 pontos percentuais (p.p.) para o crescimento do PIB e no primeiro semestre de 2009 tal contribuição foi

negativa em 2,9 p.p.. Impulsionados pelo pacote de estímulo, investimentos em ativos fixos (FAI) aumentaram consideravelmente sua contribuição para o crescimento do PIB no primeiro semestre de 2009 com 6,2 p.p., contra 4,3 p.p. em 2008.

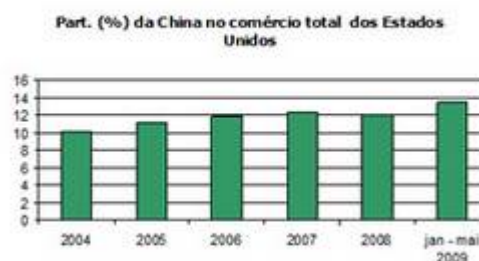
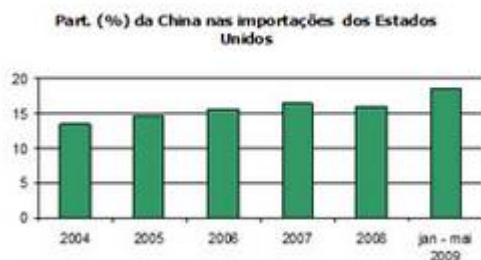
Contribuição para crescimento do PIB chinês – em pontos percentuais

	2008	1o. Sem. 2009
Consumo	4,2	3,8
Investimento	4,3	6,2
Exportações líquidas	0,5	-2,9
Total crescimento do PIB	9	7,1

Fontes: JP Morgan e Escritório Nacional de Estatísticas da China

Se por um lado a crise reduziu a demanda dos Estados Unidos, principal destino das exportações chinesas, por outro, tornou o mercado norte-americano mais dependente das compras do país asiático. A participação da China nas importações norte-americanas foi de 18,6%, aumento de 2,5% em relação ao ano de 2008. A expansão progressiva do país asiático no mercado norte-americano tem se consolidado cada vez mais e desde 2007 a China figura como principal exportador para os Estados Unidos.

Part. (%) da China no comércio exterior dos Estados Unidos



Fonte: Escritório de Censo dos Estados Unidos

A China registrou superávit fiscal em 2008 e, dessa forma, tem espaço para continuar sua política de incentivo a economia por meio de crescimento de gastos públicos. Os investimentos em ativos fixos cresceram 33,5% no primeiro semestre

motivado por grandes obras (ferrovias, rodovias, plantas e redes de energia...) e províncias do interior da China carentes de infraestrutura foram extremamente beneficiadas. Dessa forma, acreditamos que o governo chinês atingirá a meta de crescimento de 8% para 2009 e manterá aquecida sua enorme demanda por recursos naturais.

No entanto, o excesso de oferta monetária e de investimento público na China já desperta receio em razão do grande risco de formação de bolhas em diversos setores, incluindo o setor imobiliário. Os bancos chineses foram incentivados pelo governo central a liberar quantidade absurda de novos empréstimos no primeiro semestre, no total de cerca de US\$ 1,1 trilhão, equivalente a mais do dobro dos novos empréstimos concedidos no primeiro semestre de 2008. O risco de crescimento dos indesejáveis créditos irrecuperáveis é enorme e a saúde dos bancos chineses – que receberam injeção volumosa de capital nos últimos anos para limpar seus balanços – pode ficar comprometida no futuro.

Muitos analistas respeitados questionam a opção do governo chinês por manter o crescimento acelerado do PIB durante o período de crise mundial e de não aproveitar esse momento para balancear a economia. A economia chinesa crescerá em razão dos investimentos públicos em infraestrutura e o consumo doméstico terá sua participação reduzida – a renda da população chinesa não cresce na velocidade necessária para sustentar a economia da forma desejada pelo governo. Isso poderá vir a prejudicar o desempenho da China no futuro. No entanto, o governo chinês acredita depender do desempenho econômico para manter a estabilidade social do país e, portanto, o crescimento sempre será prioridade.

Para o segundo semestre de 2009, o país asiático irá manter acelerados os gastos com infra-estrutura e habitação e, conseqüentemente, continuará impactando no aumento de produção da indústria pesada. Dessa forma, a China ajudará a reduzir os efeitos da crise mundial, sobretudo, em países fornecedores de matérias-primas, como o Brasil.

As exportações brasileiras foram positivamente impactadas pelos investimentos chineses em infraestrutura e habitação, bem como por estratégia do país asiático de aproveitar preços baixos de commodities no mercado mundial para aumentar estoques. Enquanto a crise mundial desaqueceu o comércio internacional e reduziu a demanda da maioria dos principais compradores dos produtos brasileiros, a China foi o único entre os principais destinos para onde as exportações brasileiras aumentaram. No segundo semestre, as vendas brasileiras para a China registraram crescimento de 41,14%. A manutenção de alta taxa de incremento das exportações e a queda das importações de produtos chineses (motivada pela desaceleração da produção industrial brasileira) resultou em superávit no período de US\$ 3,686

bilhões. A China tornou-se o principal parceiro comercial brasileiro, ultrapassando os EUA pela primeira vez.

A China não poderá substituir a importância dos Estados Unidos para a economia mundial, uma vez que o poder de consumo de seu mercado consumidor é vinte vezes inferior ao do norte-americano. No entanto, o crescimento acelerado da economia chinesa está reduzindo a queda da economia mundial.

Crescimento (%) da economia global

	2009*		2010*	
	mar/09	jun/09	mar/10	jun/10
Mundo sem o efeito do comércio da China	-2,1	-3,0	1,7	1,6
Mundo com o efeito do comércio da China	-1,6	-2,4	2,1	2,2

* Estimativa

Fonte: Banco Mundial, FMI e [Consensus Economics](#) (junho de 2009)

Secretaria Executiva

Conselho Empresarial Brasil-China

Fonte: <http://www.cebc.org.br> – acessado em 16/11/09 as 08:02 h

Artigo 03 – Artigo sobre o Brasil como potência regional devido ao crescimento da China.

Economia

Relações com a China sustentam ascensão do Brasil como potência regional

12/10/2009

“A China tem estado a contribuir para a ascensão do Brasil enquanto potência regional. O desempenho económico brasileiro tem sido conduzido, em parte, pelas suas indústrias exportadoras de minério de ferro e de soja, para as quais a China é um cliente-chave”, refere o estudo

Washington, EUA – As relações crescentes, a nível político e económico, entre a China e o Brasil estão a sustentar a ascensão do maior país sul-americano enquanto grande potência regional tendo a recessão global reforçado a importância das trocas com Pequim.

No ensaio “Implicações estratégicas da ajuda e investimento chinês na América Latina”, publicado pela Fundação Jamestown na semana passada, o investigador Evan Ellis defende que a afirmação de Brasília é uma das principais consequências da investida feita por Pequim na região ao longo dos últimos anos.

“A China tem estado a contribuir para a ascensão do Brasil enquanto potência regional. O desempenho económico brasileiro tem sido conduzido, em parte, pelas suas indústrias exportadoras de minério de ferro e de soja, para as quais a China é um cliente-chave”, refere o estudo.

Para Ellis, a recessão veio “ênfatisar e ampliar” a importância da China para o Brasil, uma vez que as exportações brasileiras para os Estados Unidos caíram de forma acentuada (37,8 por cento no primeiro trimestre do ano) enquanto no mercado chinês a procura pelo “made in Brasil” não quebrou, aumentando pelo contrário 62,7 por cento.

Esta evolução, afirma, foi alcançada graças ao pacote de estímulo chinês que incluía projectos de infra-estruturas num montante de 740 mil milhões de dólares, “mantendo elevados níveis de procura chinesa por matérias-primas como o minério de ferro, comprado a empresas brasileiras, nomeadamente a Vale”.

A consequência, sublinha, foi a China tornar-se, no primeiro semestre do ano, no principal mercado de exportação brasileiro, ultrapassando os Estados Unidos.

“A China também surgiu como financiador-chave numa altura em que o Brasil procura os 174 mil milhões de dólares de que precisa para desenvolver as reservas de petróleo em águas profundas nas bacias de Santos e Campos recentemente descobertas”, sublinha Ellis.

Durante conversações com o Banco de Desenvolvimento da China sobre um empréstimo de 10 mil milhões de dólares, exemplifica Ellis, o presidente da petrolífera brasileira Petrobras, Sérgio Gabrielli, afirmou mesmo não haver “ninguém no governo norte-americano com quem seja possível ter discussões como [as que decorriam] com os chineses”.

”A China é também um parceiro cada vez mais importante na transferência de tecnologia para o Brasil. Os dois países estão a estimular várias importantes parcerias, incluindo a produção conjunta de aviões a jacto de média dimensão, o programa do Satélite de Pesquisa Terrestre China-Brasil (CBERS) e outros programas de cooperação espacial”, adianta.

Para Ellis, as relações comerciais crescentes com a China estão a fazer também com que Brasília se interesse cada vez mais pelos seus vizinhos e, em particular, na construção de infra-estruturas de ligação de cidades do interior como Manaus a portos no Pacífico como Paita e Ilo (Peru) ou Manta (Equador).

Tudo isto, adianta, leva a um crescente interesse brasileiro “na política comercial e estabilidade política dos seus vizinhos do Pacífico” e em “grandes projectos de infra-estruturas que afectam a racionalidade económica desse comércio, como a expansão do Canal do Panamá”.

A crescente influência chinesa, que também é visível no apoio aos líderes socialistas da Venezuela ou Bolívia, está ainda a “minar o papel de primazia dos Estados Unidos como actor económico e social da região”, defende.

“Isto pode ser visto na reorientação da estrutura comercial da América Latina para além dos Estados Unidos, nos esforços latino-americanos para agradar ou evitar ofender a China e no declínio do poder norte-americano como modelo de referência para o desenvolvimento económico e democracia”, refere o ensaio publicado pela Fundação Jamestown.

Fonte: MacaHub

Artigo 04 – Artigo sobre o aumento das exportações à China.

A China torna-se o principal importador do Brasil e alivia o impacto da crise

*Por Durval de Noronha Goyos**

São Paulo – As exportações brasileiras para a República Popular da China (China) no primeiro trimestre de 2009 alcançaram US\$ 3,4 bilhões, de acordo com as estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com um crescimento de 62,67% em valor sobre o mesmo período do ano anterior e ultrapassaram as vendas de nosso país para os Estados Unidos da América, que foram durante décadas o principal comprador do Brasil. De acordo com as estatísticas do governo chinês, que adota metodologia diversa, os números são ainda maiores.

É ainda significativo que a Ásia tenha igualmente superado a América Latina como parceiro comercial do Brasil. Os números demonstram que as medidas internas de combate à crise na China causaram um impacto positivo nas exportações brasileiras muito maior do que as próprias ações tardias, desencontradas, trôpegas e pífias tomadas pelo governo do Brasil.

De fato, apenas em abril de 2009, mais de seis meses do desencadear da fase aguda da crise, o Banco Central do Brasil reduziu a taxa Selic de juros para 10.25%, o que coloca a taxa real brasileira próxima dos 5% ao ano, ainda uma das maiores do mundo. Ao contrário, na China as taxas de juros são hoje negativas em 0.5%. Como consequência, o Real continua supervalorizado, o que prejudica nossas exportações.

Outras medidas de apoio econômico na China, tomadas já em outubro de 2008, quando o governo do Brasil ainda falhava de maneira dramática no diagnóstico do impacto da crise em nosso país, fizeram com que a economia interna do país oriental continuasse aquecida. Assim, o governo chinês pôde declarar, em abril de 2009, que o crescimento do trimestre, de 6.1 representava o patamar mais baixo do desempenho econômico durante a crise e que suas projeções para o ano indicavam um número maior.

O crescimento da pauta comercial sino-brasileira pegou de surpresa o governo do Brasil e também amplos setores empresariais de nosso país, que têm um desconhecimento enciclopédico sobre a China, alimentado, como é natural nestes casos, pelo preconceito. Da parte do governo brasileiro, as ações para impulsionar as trocas comerciais quantitativa e qualitativamente com a China são nulas.

Como é sabido, o Ministério das Relações Exteriores tem mantido desde 1974 apenas uma meia dúzia de diplomatas no país oriental, sem conhecimento da língua chinesa e sem especialistas à altura dos desafios na área comercial, nas mesmas precárias instalações da época da Revolução Cultural. O posto na China não atrai os diplomatas brasileiros por deixar de ser chic, o que contraria o ethos do Itamaraty.

Por sua vez, os empresários brasileiros são, de uma maneira geral, mais temerosos da competição chinesa do que entusiastas na busca de oportunidades existentes no país asiático. Assim, preocupam-se mais os brasileiros com medidas artificiais de proteção comercial do que medidas pró-ativas junto ao governo brasileiro para que as condições de custo brasileiro sejam mais compatíveis com a competição internacional, bem como ações de mercado na China para desenvolver a colocação de nossos produtos.

Assim, o número de empresas brasileiras na China, menor que 100, é inferior àquele das companhias chilenas, próximo a 200, sendo que o Chile tem uma economia com tamanho equivalente àquela da cidade de São Paulo. Apesar de ter a China se tornado o maior comprador de produtos brasileiros, não há nenhuma agência comercial de bancos brasileiros naquele país, mas apenas duas representações, que não podem realizar negócios.

Acresce que nenhuma companhia aérea brasileira voa para o país oriental e as gestões de promoção de nossa cultura e produtos na China são praticamente nulas. Para que o empresário chinês possa conseguir obter um visto de entrada no Brasil deverá passar por uma experiência humilhante e um processo vagaroso e burocrático. Pelo desconhecimento que o empresário chinês tem do Brasil, há uma resistência a fazer investimentos no País, que propiciariam um aumento de nossas vendas com valor agregado e maior atividade econômica interna.

Infelizmente, a próxima visita do presidente Lula à China não deverá trazer benefícios de monta às relações bilaterais, já que foi mal-preparada na formatação da agenda, desfocada dos pontos principais estratégicos nas relações comerciais bilaterais, e desorganizada por parte dos organizadores brasileiros da missão empresarial de nosso país e no programa a ser por ela cumprido.

É importante que governo e empresários brasileiros dêem maior atenção à China, e bem assim à Ásia, porque é neste continente que ocorre hoje a retomada da crise mundial. É também a partir da Ásia que será formatada a nova economia para as próximas décadas.

***Sobre Durval Noronha Goyos Jr. – Sócio sênior de Noronha Advogados**



Durval de Noronha Goyos Jr., uma das maiores autoridades mundiais em Direito Internacional, é também árbitro da Comissão Internacional de Arbitragem Comercial da China (CIETAC), do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Lingüista e lexicógrafo, Durval é autor de dicionários consagrados. Entre eles o Dicionário Jurídico Noronha, anglo-português, atualmente na 6ª edição e com mais de 60 mil exemplares vendidos, o Dicionário de Anglicismos, sucesso de crítica, e o Dicionário Empresarial Português - Mandarin PinYin, primeiro do gênero no Brasil, com mais de 3.500 palavras em português, inglês e mandarim PinYin, essenciais para as relações empresariais e jurídicas no mercado globalizado. Coordenador do curso de pós-graduação em Direito Internacional da Escola Paulista de Direito, Durval Noronha tem mais de 40 outras publicações. A última obra publicada é O papel do advogado nas relações exteriores do Brasil, em que faz uma análise histórica contra a falta de clareza de atuação e descaracterização do advogado ao longo dos anos até o ineficiente modelo atual do Itamaraty como gestor das negociações comerciais do Brasil.